

-----ATA N.º 3-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos três de março de 2020, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 - Proposta n.º 14/CM/2020 – Prestação de Serviços para Estudo sobre a localização, perfil e dimensionamento do Futuro Hospital do Oeste;-----

----- 2 - Proposta n.º 1/AM/2020 – Votos, moções e recomendações;-----

----- 3 - Proposta n.º 2/AM/2020 – Informação do presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município;-----

----- 3.1- Informação sobre competências delegadas:-----

-----3.1.1 - Proposta n.º 3/AM/2020 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2018);-----

-----3.1.2 - Proposta n.º 4/AM/2020 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018);-----

----- 4 - Proposta n.º 1/CM/2020 - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Torres Vedras, para 2020;-----

----- 5 - Proposta n.º 2/CM/2020 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020;-----

----- 6 – Proposta n.º 16/CM/2020 – Autorização para empréstimo de médio/longo, prazos para financiamento da construção da Escola Básica do Ramalhal, até ao montante de €5.170.000,00; --

----- 7 - Proposta n.º 3/CM/2020 - Autorização para assunção de compromisso plurianual - Empreitada de reabilitação de reservatórios - 1.ª fase – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

----- 8 – Autorização para repartição de encargos:-----

----- 8.1 - Proposta n.º 5/CM/2020 - Fornecimento de misturas betuminosas AC 14 Surf ligante (BB) e AC 14 Reg ligante (BC), ao abrigo do Acordo Quadro n.º 7/2018 – Central de Compras da OesteCIM;-----

----- 8.2 – Proposta n.º 17/CM/2020 – Fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em baixa tensão normal (BTN), baixa tensão especial (BTE) e média tensão (MT) – Lote 4 – agregado, ao abrigo do acordo Quadro n.º 4/2018 da OesteCIM;-----

----- 9 - Proposta n.º 6/CM/2020 - Alteração dos estatutos da AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás;-----

----- 10 - Proposta n.º 7/CM/2020 - Autorização para a adesão do Município de Torres Vedras à Rede Artemrede – Teatros associados;-----

----- 11 - Proposta n.º 8/CM/2020 -Tomada de conhecimento da decisão de dissolução - HyER -

Hydrogen Fuel Cells and Electro-mobility in European Regions) - Associação europeia para as células de hidrogénio e de combustível e a mobilidade elétrica;-----

----- 12 – Proposta N.º 9/CM/2020 - Nomeação do Conselho Municipal de Educação;-----

----- 13 – Proposta N.º 10/CM/2020 - Designação do júri do procedimento concursal para o cargo de Diretor-delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

----- 14 – Proposta N.º 11/CM/2020 - Alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para adequação ao regime extraordinário de regularização das atividades económicas (RERAE);-----

----- 15 - Proposta N.º 12/CM/2020 - Ratificação da Declaração de Interesse Municipal para equipamento/serviços de apoio à 3.ª idade – Casal Chofral - União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, requerida por Maria Lucília Bernardes Gomes – Processo IP 79/2019; -----

----- 16 - Proposta N.º 13/CM/2020 – Ratificação da Declaração de Interesse Municipal para construção de parque verde – Casal do Feno – Freguesia de São Pedro da Cadeira requerida por Freguesia de São Pedro da Cadeira – Processo OM 14/2019; -----

----- 17 – Proposta n.º 15/CM/2020 – Processo de Transferência de Competências para os órgãos municipais no domínio da segurança contra incêndios – Lei n.º 123/2019 de 18/10 que altera o Decreto- Lei n.º 220/2008 de 12/11;-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

----Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Maria Leonor Martins Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Benedito José Santos Ferreira, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Secundino Campos Oliveira. -----

----- Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto

Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Cláudia Horta Ferreira. -----

----- Período Aberto à intervenção do Público: -----

VÁRIOS ASSUNTOS – MUNÍCIPE PAULO BENTO: -----

Agradecimento - Agradeceu a forma como foi recebido pelo presidente de Junta do Ramalhal que lhe ter mostrou quais os projetos que tem em desenvolvimento. -----

Situação do Mercado Municipal - Lembrou as perguntas que fez na sessão anterior relativamente ao mercado municipal e ao edifício que se encontra ao lado. -----

Novo Hospital do Oeste – Referiu que deverá ser localizado na zona do Bombarral, onde os terrenos são mais baratos, onde servem melhor as duas grandes áreas territoriais (Caldas da Rainha e Torres Vedras), onde não levantará conflitos entre as duas populações e onde servirá melhor todos os concelhos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Período antes da ordem do dia. -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

----- O primeiro secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo o documento sido numerado e rubricado, o qual ficará arquivado em pasta própria, anexa ao livro de atas. -----

----- Anota-se que foi numerado 1 documento que a seguir se indica: -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 1: -----

----- E-mail da Junta de Freguesia de Ponte do Rol de 27 de fevereiro, a informar que o seu presidente Pedro Vasa, por motivos pessoais não estaria presente nomeando Benedito José Santos Ferreira para o substituir. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

----- Por indicação do líder da bancada do PSD, em substituição de Marta Geraldês estava presente Secundino Campos Oliveira. -----

AEROPORTO OTA/MONTIJO: -----

----- O *deputado municipal António Carneiro* solicitou a palavra para fazer uma retificação à sua intervenção sobre o aeroporto na passada sessão. -----

----- Assim, disse que a decisão de retirar a OTA é de um governo e a decisão Montijo é de outro, pelo que nesta questão estão ambos os partidos à vontade. -----

----- Compreende a situação atual de um governo que herda uma deliberação, sendo pressionado por Lisboa onde está a maior parte do poder turístico. -----

----- Quando referiu terem de lutar pela OTA foi no pressuposto de que pode haver queda da

solução Montijo, não tendo dúvidas que vai aparecer um *lobby* a defender Alverca. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CRIME DE PLÁGIO – CARLOS BERNARDES:-----

----- O *deputado municipal João Rodrigues* referiu que depois das últimas notícias que vieram a público do alegado crime de plágio pelo Carlos Bernardes, titular do cargo de presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, passaram de uma acusação para uma condenação, tendo sido dado como provado os factos de que é acusado.-----

----- De acordo com as notícias, terá sido condenado a uma pena de 10 meses de prisão, suspensa, substituída por pena de multa de €5.000,00.-----

----- Estando o BE ciente que não é necessário um título académico para exercer o cargo de presidente da Câmara, nem que do ponto de vista legal este crime é impeditivo do cargo que ocupa, não podem deixar de evidenciar que estes factos não dignificam, nem a pessoa de Carlos Bernardes e muito menos o cargo público que ocupa, pelo contrário.-----

----- Entendem que esta situação só vem alimentar a crescente desconfiança que a população tem nos titulares de cargos políticos e a bem da dignificação da política, dos cargos políticos e dos cidadãos que os ocupam, um exemplo do que não pode acontecer.-----

----- Assim, e uma vez que a Assembleia Municipal não tem competência para demitir o cidadão que ocupa o cargo, solicitam uma clarificação cabal por parte do grupo municipal do PS acerca de manter ou não a confiança política no cidadão Carlos Bernardes para que este continue em representação desse partido e exercer as suas funções no executivo camarário, para mais agora que lhes parece que alguém condenado pelos referidos crimes não pode estar na frente de uma equipa que gere os assuntos da educação no concelho, no novo paradigma das competências transferidas pelo Estado central.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL DE 2020:-----

----- O *deputado municipal Rui Lopes*, assinalou desde logo que este foi o ano que o Carnaval teve mais visitantes e também o ano em que presenciou menos conflitos na rua, o que saudou.----

----- Sabe que houve mais sensibilização para consumo de álcool e boas práticas ambientais através de muitas iniciativas nesse sentido, louvando o trabalho da Promotorres e do Executivo Municipal pela estratégia e medidas que têm vindo a implementar para melhorar o evento.-----

----- Por último, saudou a utilização da videovigilância, acreditando que contribuiu para a diminuição da violência.-----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* assinalou com bastante agrado a maneira como correu o Carnaval este ano, dando os parabéns à organização e a todos os trabalhadores da Câmara Municipal pelo esforço fantástico que foi aplicado na limpeza da cidade noite após noite, para

garantir que no dia seguinte estivesse o mais limpa possível e operacional.-----

----A *deputada municipal Rita Sammer* também saudou a Promotorres e a Câmara Municipal de Torres Vedras pela organização do evento, que superou as expetativas, e no qual tiveram a perceção do esforço para que corresse bem, nomeadamente na limpeza pública levada a cabo pelos funcionários camarários, a quem deixou uma palavra de apreço.-----

----Contudo, manifestou algumas preocupações no que se refere às casas de banho, relacionadas com a higiene, a dificuldade de as encontrar disponíveis e sendo verdade que estavam mais dispersas, ainda assim eram poucas.-----

----Teme que não seja só este o problema, referindo que haverá uma informação que este ano os comas alcoólicos terão sido da ordem da centena, matéria que oferece preocupação.-----

----Disse ainda saber que a Proteção Civil teve uma intervenção junto das escolas, no sentido de alertar os jovens para esta questão e outras que têm a ver com a segurança, mas deve ser tema a investir mais no próximo ano, sendo pena que uma festa com esta grandeza fique manchada por estes episódios que podem ser gravosos e comprometer a vida de alguém.-----

----Mais uma vez saudou o investimento de todos e também o papel dos Bombeiros Voluntários e da Cruz Vermelha que são importantes assim como das Forças de Segurança que são importantes na vigilância que fazem do espaço.-----

----Também sobre o Carnaval usou da para o *deputado municipal Sérgio Jacinto* cumprimentando na pessoa do presidente da Câmara Municipal todos os que contribuíram para que corresse bem.-----

----Concordou com o uso de videovigilância, mas defendeu um uso mais alargado e de preferência permanente, lembrando que o edil já informou que está a ser feito um estudo com a OesteCIM nesse sentido, esperando desenvolvimentos e resultados a breve prazo.-----

----Também concordou que as casas de banho são manifestamente insuficientes, principalmente durante o período noturno e acha que o “Toca-andar” toca muito pouco e anda menos ainda, dando nota que era importante que pudesse circular se possível durante todo o curso, uma vez que é um motivo de atração, bastando ver a quantidade de foliões que habitualmente o seguem. --

----Disse que deviam pensar em alargar o perímetro do curso, sendo que este ano já foi alargado o circuito, para as entradas pagas.-----

----O *presidente da Câmara* começou por agradecer as palavras de todos em relação ao Carnaval deste ano que espelhou a evolução que tem tido ano após ano.-----

----Assegurou que o número de casas de banho disponíveis aumentou em relação ao ano passado, mas ainda têm que melhorar esse aspeto.-----

----Aproveitou para saudar na pessoa do presidente de Junta da cidade, o trabalho conjunto realizado este ano pela primeira vez, com as equipas camarárias na vertente da limpeza, fruto do

processo de descentralização, e que ano após ano têm vindo a melhorar.-----

----- Esclareceu que não corresponde à verdade terem ocorrido 100 comas alcoólicas, pois tem o registo de terem sido 15, número que traduz todo o trabalho preventivo que fizeram junto das escolas e de coordenação entre os Bombeiros, a Cruz Vermelha, o CHO e a Delegação de Saúde da cidade. -----

----- Também acha que devem ser cada vez mais incisivos em relação a essa matéria, pois apesar do número de ocorrências ser baixo não deixa de ser preocupante, contudo segundo os dados de que dispõe, foram inferiores a 2019 e no âmbito do plano de prevenção elaborado para este evento pelo Serviço Municipal de Proteção Civil vão monitorizando ação a ação, apurando as classes etárias das ocorrências, a sua origem e perfil. -----

----- No tocante à videovigilância, considera que é importante para detetar um conjunto de ações, no sentido de melhorar a segurança.-----

----- Assim, disse que a edição deste ano e dentro do que eram as expectativas da autarquia, decorreu dentro da normalidade, proporcionando momentos para as pessoas se divertirem em Torres Vedras, agradecendo as palavras dos deputados municipais em relação a este evento, um dos maiores nacionais.-----

----- Por último prestou homenagem ao Avô Luís, uma matrafona da Associação de Ministros e Matrafonas, cujo funeral foi hoje. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECOLHA DE PILHAS:-----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* deu nota que a recolha de pilhas no município não tem sido eficiente nem eficaz, situação que já deu a conhecer ao plenário noutras ocasiões. -----

----- Alertou que os próprios edifícios do município não têm recipientes para recolha de pilhas usadas e falou os especialistas que uma única pilha que se estrague no ambiente, pode danificar até 30 milhões de litros de água potável, pelo que é urgente alterar a forma como são recolhidas no município. -----

----- O **Presidente da Câmara** informou que este assunto está a ser trabalhado com a Valorsul, entidade que faz a sua gestão, à qual oficiaram para a reposição dos pilhões nos ecopontos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PUBLICIDADE NAS ROTUNDAS:-----

----- O *deputado municipal Nuno Henriques* interveio no sentido de questionar se utilização de rotundas para fazer publicidade de viaturas, que entretanto foram retiradas mas que são motivo de distração dos condutores, é para repetir ou se foi ocasional. -----

----- O **presidente da Câmara** informou que a utilização das rotundas, resultou de uma parceria com o município, devidamente autorizada pela PSP. -----

----- Mais informou que já têm sido feitas algumas ações deste tipo pensando que fará sentido num projeto futuro, promover viaturas híbridas ou elétricas. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

COVID-19 – CORONAVIRUS: -----

----- O *deputado municipal Nuno Henriques* inquiriu quais as medidas que estão a ser tomadas pelo município sobre o covid-19 que está a alarmar muitas pessoas, e se já está a agir em conformidade. -----

----- O **Presidente da Câmara** esclareceu que no Plano de Prevenção do Carnaval já estavam indicadas medidas preventivas. -----

----- Mais esclareceu que neste momento estão a implementar as normas estabelecidas pela DGS e a elaborar um Plano de Contingência em estreita colaboração com o delegado de saúde pública de Torres Vedras. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

ESTRADAS MUNICIPAIS: -----

----- O *deputado municipal Pedro Castelo* lembrou que na reunião de 20 de fevereiro referiu-se ao mau estado das estradas do concelho e falando com alguns visitantes do Carnaval teve a confirmação do mesmo. -----

----- Sabe que o edil respondeu que há um plano aprovado pelos órgãos da autarquia mas solicitou a devida atenção para o problema pois há umas que precisam de reparação urgente agora que o Inverno está a acabar. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

TRIAGEM E SEPARAÇÃO DO LIXO NA ESCOLA MADEIRA TORRES: -----

----- Relativamente ao assunto que abordou na sessão anterior, a *deputada municipal Teresa Oliveira* em resposta à informação do edil, disse que tentou fazer a separação e transportar para os ecopontos localizados em frente da escola, mas esta solução não é viável. -----

----- A escola pode fazer a triagem mas terá de ser a autarquia a fazer o transporte. -----

----- O **presidente da Câmara** assegurou ter a informação que os serviços da autarquia vão recolher ao Agrupamento de Escolas Madeira Torres em função da comunicação ao serviço. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Período da Ordem do Dia: -----

1 - PROPOSTA N.º 14/CM/2020 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ESTUDO SOBRE A LOCALIZAÇÃO, PERFIL E DIMENSIONAMENTO DO FUTURO HOSPITAL DO OESTE: -----

----- Sobre este assunto presentes os seguintes documentos: -----

----- 1 - Ofício número 697 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 5/02/2020 a remeter a proposta de prestação de serviços para o estudo sobre a localização, perfil e dimensionamento do

Futuro Hospital do Oeste, solicitando, até ao final do mês de fevereiro a apresentação de contributos tendentes à melhoria da proposta base agora enviada, melhorando dessa forma o estudo a apresentar pela NOVA Information Management School da Universidade Nova de Lisboa;

-----2 - Ofício 1025 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20/02/2020 a dar conhecimento que em sua reunião de 18/02/2020, deliberou, por unanimidade, aprovar uma proposta metodológica apresentada pelo edil, que remete à Assembleia Municipal, atenta a importância deste assunto e que faz parte integrante desta ata; e-----

-----3 - Apreciação sobre a Proposta de Prestação de Serviços para o Estudo sobre a Localização, Perfil e Dimensionamento do Futuro Hospital do Oeste aprovada por maioria, pela Comissão Permanente de Saúde, datada de 27 de fevereiro, que se transcreve:-----

----- **Introdução e Objetivos:**-----

----- Os proponentes disponibilizam-se a realizar um estudo que “*permita avaliar a hipótese de construção de uma nova unidade hospitalar em substituição das que atualmente integram o CHO...*”. É nosso entendimento que esse estudo deve ser mais ambicioso ou seja, deve contribuir para uma proposta fundamentada do Novo Hospital do Oeste (NHO), nas vertentes de localização, perfil e dimensionamento.-----

----- **Abordagem e Metodologia:**-----

----- No respeitante à “recolha de dados”, a proposta de estudo aponta para a realização de 15 entrevistas com *Stakeholders* na duração máxima de 1 hora, privilegiando a realização das mesmas por telefone ou *Skype*.-----

----- As referidas 15 entrevistas são manifestamente insuficientes justificando-se incluir representantes de outras áreas profissionais e sociais, devendo a população alvo incluir as freguesias do concelho de Mafra que pertencem à área de influência do Centro Hospitalar do Oeste (CHO) e nas entrevistas individuais englobar o município de Mafra.-----

----- As entrevistas devem ser todas presenciais dado que o contacto direto com o entrevistado permite uma melhor perceção da resposta.-----

----- Não é aceitável que se fixe, à partida, uma duração máxima para a entrevista.-----

----- **Estudo sobre a Localização do Novo Hospital do Oeste:**-----

----- A *Information Management School* quer suportar esta parte do estudo na distribuição geográfica da população obtendo dados de entidades como o INE.-----

----- Não se deve considerar apenas os dados da população à data do estudo mas, sobretudo, a respetiva projeção à data da previsível entrada em funcionamento do NHO.-----

----- Atente-se que o NHO, nas melhores previsões, só irá iniciar a prestação de cuidados de saúde num horizonte de 10 anos e deverá adequar-se às necessidades de muitas décadas com inevitáveis adaptações e ampliações.-----

----- Esta realidade futura deverá nortear todo o estudo nas três vertentes: localização, perfil e dimensionamento.-----

----- Entende a proponente dever calcular os impactos, logicamente, no tempo, custo e distâncias das deslocações da população.-----

----- Quando à minimização das distâncias e tempos de percurso – incluindo reencaminhamentos – é essencial que o novo equipamento se insira numa rede articulada de serviços hospitalares que não apenas potencie a acessibilidade mas também dê coerência à oferta evitando o percurso em ziguezague para o atendimento em unidades de fim de linha.-----

----- Aponta-se ainda nas “Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos – Hospitais” da ex-DGOTDU – atual Direção Geral do Território, os seguintes critérios de localização:-----

----- Possibilidade de expansão;-----

----- Acesso fácil e direto a vias rápidas;-----

----- Ligação à rede de transporte coletivos.-----

----- Finalmente, quanto à localização do NHO há que ter em conta os instrumentos de planeamento e gestão territorial, designadamente o PROT que, nas suas “diretrizes”, considera na área do CHO, o Centro Hospitalar do Oeste Norte e o Centro Hospitalar de Torres Vedras.-----

----- **Impactos Sociais e Económicos da Criação do Novo Hospital do Oeste:**-----

----- No texto em apreciação propõe-se “*uma amostragem aleatória estratificada baseada na geração aleatória de números de telefone para rede fixa*”.-----

----- Como atrás se referiu, todas as entrevistas devem ser presenciais para, na necessária proximidade, se obter a melhor perceção das respostas.-----

----- O recurso ao telefone da rede fixa evidencia desconhecimento das características socioculturais, de idade e económicas diversificadas da população destes concelhos.-----

----- Esta amostragem deve ser proporcional à população de cada um dos concelhos.-----

----- Não pode prevalecer a sensação de um estudo efetuado à distância, assético e sem ver e sentir a realidade.-----

----- **Identificação de Valências a Incluir no Novo Hospital do Oeste:**-----

----- Na proposta de estudo os autores intentam ter por base os dados históricos dos serviços por valência e a projeção a médio prazo da procura, o que – afirmam:-----

----- Permitirá dimensionar e definir o perfil dos serviços de acordo com a futura estrutura populacional.-----

----- No referente à identificação das valências a incluir no NHO, deve ser considerada a população da área de influência do CHO atendida noutras unidades hospitalares – a que é forçada a recorrer – por inexistência de tais serviços no centro hospitalar da zona de residência.-----

-----É manifestamente insuficiente ter por base os dados históricos da utilização dos serviços pelas atuais valências.-----

----- Para além da caracterização das patologias predominantes na população do Oeste, há que ter em conta que o Novo Hospital prestará serviços velhos se não atribuir prioridade à medicina genética, medicina preditiva e a terapias personalizadas.-----

----- Tudo isto na certeza de que haverá cada vez maior predominância de doenças crónicas, oncológicas e degenerativas.-----

----- São novos padrões de morbilidade, no quadro de maior envelhecimento da população.-----

----- Por aqui passa o perfil e o dimensionamento do NHO. Consulte-se, a propósito, o PNPO (Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro).-----

----- **Possíveis utilizações dos Edifícios dos atuais Polos do Centro Hospitalar do Oeste:**-----

----- Propõem-se os futuros autores do estudo, identificar possíveis utilizações para os polos devolutos do CHO.-----

----- Não faltarão utentes para o edificado devoluto.-----

----- Com uma população cada vez mais envelhecida, com a prevalência de doenças oncológicas e degenerativas, perdas crescentes de autonomia total e parcial e uma forte redução da estrutura familiar de apoio, o desafio é “rentabilizar os recursos humanos e físicos, permitindo uma melhor resposta de cunho humanista que respeite a dignidade do ser humano.-----

----- 7 – Adjudicação do estudo.-----

----- Por último, lembra-se a posição da Assembleia Municipal assumida a 24 de abril passado, no sentido de que o referido estudo seja adjudicado mediante prévia consulta pública.-----

----- 8 – Nota final.-----

----- Esta comissão nada tem a opor à proposta da Câmara Municipal sobre a matéria datada de 18 do corrente.-----

----- Torres Vedras 27 de fevereiro de 2020.”-----

----- O **presidente da Mesa** antes de dar a palavra ao plenário lembrou que após remessa da prestação de serviços em apreço por parte da Câmara Municipal, com o propósito de darem contributos que visassem o seu enriquecimento e que dispendo a assembleia de uma comissão permanente de saúde, esta reuniu e produziu uma apreciação que foi aprovado por maioria.

----- Paralelamente, o edil também remeteu uma apreciação à mesma proposta, aprovada em reunião do executivo, com o apelo, assim entendido, de operarem a harmonização possível.-----

----- Assinalou que tal harmonização está conseguida, não sendo por acaso que a comissão de saúde, no ponto 8 da sua apreciação, refere que nada tem a obstar ao documento do Executivo Municipal.-----

----- A **deputada Municipal Teresa Oliveira** pediu a palavra para dizer que a proposta de prestação

de serviços em causa gerou algumas questões que o PCP gostaria de ver esclarecidas. -----
---- Assim, questionou se foi criada uma comissão constituída pela ARSLVT, CHO e OesteCIM para a realização do pressuposto estudo, quando, por iniciativa de que entidade, ou de quem, com que objetivo preciso e se há alguma ata da reunião onde foi criada.-----
---- Questionou também a razão de o estudo referir apenas a OesteCIM se há uma comissão para tal, e ainda a razão de ser à NOVA - IMS e não a outra entidade.-----
---- Inquiriu qual o processo de escolha, se houve algum concurso e quem vai pagar o estudo.-----
---- Na posse de alguns dados o **presidente da Mesa**, informou que a comissão é constituída pela vice-presidente da ARSLVT, Laura Silveira, a presidente do Conselho de Administração do CHO, Elsa Baião e o primeiro secretário da OesteCIM, Paulo Simões.-----
---- Relativamente à proposta em título elaborada pela Universidade Nova o *deputado Municipal Rui Prudêncio* disse ter a informação que a nível da OesteCIM foi consensual.-----
---- Relativamente aos contributos que foram solicitados à comissão de saúde para melhorar a metodologia dessa proposta, foi redigido um documento que sintetiza esses contributos e que está em apreciação para uma votação final.-----
---- No entendimento do PS, estes contributos são realmente importantes para os deixarem de lado. -----
---- Referiu-se concretamente à questão da avaliação da demografia, deveras importante pois no mínimo um hospital necessita de 10 anos para ser construído, pelo que propõem, para além da demografia atual, que incluía também uma projeção da demografia daqui a 10 anos. -----
---- Referiu-se ainda à questão das valências a incluir no futuro hospital, que não podem ser só em função do seu uso à data de hoje uma vez este hospital não oferece condições e as populações deslocam-se a outros hospitais. -----
---- Fizeram bastantes propostas que fazem todo o sentido, a ter em conta por quem efetuar o estudo em sede de OesteCIM, da dita comissão.-----
---- No entanto, o PS entende que não faz sentido estar neste documento o ponto 7, que de alguma forma relembra à OesteCIM que esta Assembleia Municipal já tomou uma posição relativamente à adjudicação do futuro estudo, que não é o objeto daquilo que foi solicitado.-----
---- Assim, lembrou que dia 29/04/2019, este órgão deliberativo, através de uma moção votada por unanimidade, e que foi remetida à OesteCIM, recomendou que o futuro estudo fosse objeto de um concurso público.-----
---- Considerando que a Assembleia Municipal já se pronunciou sobre a forma a contratualizar o estudo à quase um ano e que a OesteCIM, ao que julga saber por unanimidade, entendeu solicitar à INS este documento, não faz sentido esta recomendação constar porque se devem focar na metodologia, não à forma de ser contratualizado, que compete à OesteCIM. -----

-----Acrescentou que na ótica do grupo municipal do PS a proposta da comissão de saúde que estão a apreciar faz todo o sentido com a eliminação do ponto 7.-----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** corroborou a opinião do colega que o antecedeu no sentido dos contributos serem demasiado importantes para serem ignorados, sendo nesse espírito que a comissão de saúde tenta ajudar, quer o município, quer esta comissão a 3, sobre o estudo que se requer determinante, para aquilo que será o novo hospital para todo o Oeste.-----

-----Frisou que a recomendação do ponto 7 sobre a adjudicação do estudo, ao CDS-PP não choca que esteja na apreciação em análise, pelo contrário, pois apenas manifesta uma posição da Assembleia Municipal já assumida a 29 de abril e no fundo recomenda a total transparência no processo.-----

-----O CDS-PP manifesta que deve ser um processo de escolha transparente, inequívoco, sem dúvidas, porque só assim os municípios do Oeste juntos poderão ter uma só voz, para que o processo avance, sendo a recomendação do ponto 7 para manter.-----

-----A *deputada municipal* **Rita Sammer** desde logo anunciou que o PSD também é favorável que esta menção se mantenha até pelas mais elementares regras de bom senso.-----

-----Assinalou ser consensual admitir que ao dia de hoje não há um NHO porque nunca houve um entendimento entre os municípios servidos por esse hospital, nem vão ter, ao menos que haja um entendimento forte entre Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche, onde estão os pólos do Centro Hospitalar do Oeste.-----

-----Assinalou também que desde há algum tempo que a comissão de saúde mantém um contacto próximo com esses dois municípios no sentido de articularem posições, tendo-se chegado ao entendimento que aceitariam uma localização que viesse a ser indicada por um estudo que devia ser promovido por um concurso público para garantir transparência, credibilidade e independência.-----

-----Reforçou que a todos pareceu uma metodologia excelente e foi aprovado por unanimidade nesta Assembleia Municipal, como já referido.-----

-----Preocupa-a o que se está passar agora não conseguindo perceber se por excesso de voluntarismo, amadorismo ou se só uma birra.-----

-----Deu nota ainda que a preocupa algumas notícias veiculadas sobre o NHO, que dizem que o estudo já foi adjudicado, pensando que há uma nebulosa em volta desta questão que em nada abona ao princípio da transparência e da seriedade nesta tomada de decisão.-----

-----Sabem que Caldas da Rainha já se opôs a que este estudo fosse adjudicado por ajuste direto, e seria de lamentar que os municípios da OesteCIM votassem distintamente pois o facto de todas as decisões até ao momento terem sido tomadas por unanimidade, dá muita força à OesteCIM.-----

-----Interrogou-se se vão destruir esta unanimidade agora, num assunto absolutamente crítico para a própria OesteCIM, colocando em risco esta questão.-----

-----Assim, o PSD entende que esta assembleia assumiu por unanimidade que seria feito um concurso público e não é por gastar mais alguns meses que este problema fica mais prejudicado. -

-----Antecipam o prejuízo de ver quem é que vai assumir, o facto das Caldas da Rainha já ter estabelecido que não aceita adjudicação direta e estranham que estejam a fazer finca-pé numa medida que eles próprios aprovaram.-----

-----Não percebem objetivamente a razão para retirar essa alínea, a qual, se em nada prejudica pode lá ficar.-----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* fez notar que referiu na sua intervenção que esta Assembleia no dia 29/04/2019 votou por unanimidade uma moção onde recomenda à OesteCIM que o referido estudo seja adjudicado mediante prévio concurso público.-----

-----Acrescentou que essa recomendação está feita e colocar neste documento aspetos que não têm a ver com os contributos que foram solicitados não faz sentido, não prejudica, mas não faz sentido.-----

----- A OesteCIM já tem conhecimento dessa recomendação, sendo competência da OesteCIM fazer da forma que entender, e nesse entendimento a Universidade Nova é uma referência ao nível deste tipo de estudos, mas é uma decisão da OesteCIM.-----

-----Não faz, sentido colocar uma espécie de lembrete à OesteCIM de uma deliberação que foi tomada em termos institucionais e por isso recomendam a retirada deste ponto.-----

----- Concluídas as intervenções foi dada a palavra ao **presidente Câmara** que começou por dar nota que este processo se iniciou com a assinatura de protocolo em 9/09/19 para a criação de um grupo de trabalho constituído pela OesteCIM, ARSLVT e CHO no sentido de encontrar metodologia tendente a poder vir a ter o NHO.-----

-----Deu nota ainda que tem sido um dos autarcas, que no seio da OesteCIM tem procurado dialogar e dar contributos para este desígnio que entendem ser importante para a região com vista a ter serviços de saúde de qualidade ao nível hospitalar.-----

-----Frisou que este grupo de trabalho técnico encontrou uma entidade nacional, independente e pública, a IMS da Universidade Nova de Lisboa, tendo os 12 municípios manifestado conforto com a escolha.-----

-----Frisou ainda que foi feita uma consulta prévia à universidade em causa que se disponibilizou e desenvolveu o primeiro *draft* para o qual, entenderam ficar ao critério de cada município a recolha de contributos para melhorar a componente metodológica do estudo preliminar base.-----

-----Assim, entendeu também solicitar contributos ao presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Gostariam de encerrar este processo durante o mês de março, para poder aditar os contributos apurados e no âmbito da cooperação entre a OesteCIM e a IMS celebrar um protocolo para o desenvolvimento do estudo.-----

----- Deu nota ainda da necessidade de apurarem um conjunto de indicadores que são necessários para fazer o respetivo mapeamento para o novo ciclo de fundos comunitários 2014/2020, sendo importante o contributo desta Assembleia Municipal. -----

----- O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** começou por recordar ao plenário que o Oeste nunca foi bem tratado por nenhuma das divisões administrativas que o país tem. -----

----- Também recordou as várias intervenções do colega António Carneiro sempre a lamentar que o Oeste não é devidamente tratado pelas instituições do turismo. -----

----- Concluiu que o Oeste é qualquer coisa que administrativamente não existe, existe a OesteCIM e do Oeste é o que têm. -----

----- Assim sendo e por causa disso, desde sempre têm tido disputas, umas vezes mais acesas, outras vezes mais tranquilas com os colegas das Caldas da Rainha, mas, tal como disse a colega Rita Sammer, desta vez parece que foram dados passos concretos, serenos, e amistosos, também com Peniche, no sentido da construção do novo hospital do Oeste a contento de todas as partes. -

----- Sobre a apreciação, subscrita pelo presidente da Assembleia em representação da dita comissão, aprovada na última reunião da comissão de saúde onde também esteve presente o deputado municipal Rui Prudêncio em representação do PS, não vê razão alguma para se omitir a posição da Assembleia que foi assumida no dia 29 de abril, até para relembrar o assunto. -----

----- A *deputada municipal* **Rita Sammer** disse que a intervenção do edil trouxe uma informação nova, quando disse que depois desta audição aos vários municípios vai ser feito um protocolo com a faculdade de Universidade Nova de Lisboa para elaboração do estudo, questionando se está definido que vai ser elaborado protocolo para elaboração do estudo. -----

----- O edil também disse que é uma decisão da OesteCIM questionando se esta decisão foi tomada por unanimidade. -----

----- Saudou a clareza com que o deputado Sérgio Jacinto colocou agora a questão, relativamente à posição assumida pelo deputado municipal Rui Prudêncio na comissão de saúde, sendo a segunda vez que vêm acontecer esta situação, solicitando clarificação. -----

----- O *deputado municipal* **João Rodrigues** avançou que o BE no essencial está de acordo com a apreciação em análise. -----

----- Na sequência da proposta de eliminação do ponto 7 pelo PS, disse que faria uma proposta para “manter o ponto 7 e alterar as últimas 3 palavras ficando “mediante concurso público”, porque lhe parece muito mais transparente. -----

----- Interveio de novo o *deputado municipal* **Pedro Castelo** manifestando-se confuso com as palavras do edil, questionando se foi ou não já assinado algum contrato entre esta comissão tripartida e a UNL. -----

----- A *deputada municipal* **Teresa Oliveira** fez notar que o PCP iria abster-se pois apesar dos

esclarecimentos do presidente da Câmara ainda têm dúvidas.-----

---- Nesta sequência elencou alguns aspetos que gostariam que conste no estudo, mas que faltam nesta proposta de prestação de serviços:-----

---- 1- Caracterização da situação atual - a procura, localização, insuficiências das unidades existentes, circuitos de deslocação e complementaridade;-----

---- 2 – Enquadramento das estruturas hospitalares da região Oeste no SNS.;-----

---- 3 – Integração do novo hospital dentro de uma zona regional a nível nacional:-----

---- 4 – Aferição dos condicionalismos devidos aos estabelecimentos privados de saúde instalados na região;-----

---- 5 - Avaliação das necessidades de pessoal, que tipo de profissões necessárias, quais as especialidades médicas.-----

---- Por último disse que se pretende um estudo aprofundado e não metodológico apenas, uma vez que estão a falar de um equipamento de grande envergadura, não é só para servir esta região, mas para todo o país e que vai estar integrado dentro do SNS.-----

---- O **presidente da Câmara** esclareceu que este trabalho, que foi desenvolvido pela equipa técnica até à apresentação ao Conselho Intermunicipal do Oeste, foi consensual, mas hoje em causa está a personalidade jurídica de contratação, que está enquadrada num protocolo de cooperação a estabelecer com a IMS - UNL.-----

---- Esclareceu ainda que a decisão da OesteCIM para a celebração do protocolo para a elaboração do estudo com esta faculdade da UNL foi tomada por unanimidade.-----

---- Mais esclareceu que à data não há qualquer contrato celebrado, daí os contributos dos municípios para dar robustez ao processo.-----

---- Considerou importante o contributo da deputada municipal Teresa Oliveira que deve ficar plasmado no documento, para lhe dar robustez e acima de tudo é isso que se pretende.-----

---- Pediu de novo o uso da palavra a *deputada municipal Rita Sammer* anotando que vão aguardar para perceber essa unanimidade, porque o jornal das Caldas da Rainha publicou recentemente uma posição do seu presidente de Câmara dando nota que queria um concurso público e que nada menos que isso.-----

---- Aproveitou para dar nota que o texto em apreciação com o famigerado ponto 7, foi consensualizado na reunião da comissão de saúde com esta redação para poderem, à semelhança do que tem acontecido em situações anteriores, apresentar um documento e foi nesse espírito que aceitaram a redação do ponto 7, como se encontra.-----

---- Percebendo agora que há outras propostas de alteração e que continua a haver um enorme nebulosa sobre esta questão, vão ter que estar muito atentos.-----

---- Afirmou que o grupo municipal do PSD vai votar favoravelmente a proposta do BE, que trata

deste assunto com toda a transparência, foi a que defenderam nessa reunião, mas cederam para conseguir consensualizar uma posição. -----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* relevou o facto de a apreciação em votação ter tido muito trabalho e empenho do presidente da Assembleia Municipal, tendo a comissão na passada quinta-feira decidido de forma maioritária pela sua aprovação com os votos favoráveis do PS. -----

---- Saliu que mais uma vez o deputado Rui Prudêncio mudou de opinião e por uma qualquer razão, votou uma coisa na quinta-feira e hoje quer votar outra diferente. -----

---- Saliu ainda que nessa reunião o colega apresentou os seus argumentos pela questão do concurso público, que compreendeu a bem da transparência e a bem do tempo que se gasta num concurso público e estaria disponível para alterar para consulta pública se aligeirasse o processo.-

---- Reforçou que não está em causa uma inquinação dessa comissão por causa escolha da UNL, mas deviam ser ponderadas mais alternativas. -----

---- Assim, gostariam de votar a apreciação submetida à Assembleia Municipal porque merece o respeito de todos, não considerando respeitável alterar o que a comissão aprovou na passada quinta-feira. -----

---- O *presidente da Mesa* interveio para manifestar o seu entendimento de que as comissões são de apoio à assembleia, e que todos devem ter a humildade de reconhecer que os seus contributos são submetidos à soberania da Assembleia Municipal. -----

---- O *deputado municipal Rui Prudêncio* defendeu que na reunião da comissão, desde o primeiro momento se opôs com a inclusão do ponto 7 com uma redação igual à da moção de 29 de abril porque entendeu sempre que as propostas eram para ajudar à metodologia e não à forma como o estudo ia ser adjudicado. -----

---- Já tinham votado isso na moção do dia 29 de abril, e durante toda a reunião tentou explicar que não fazia sentido recomendar a forma como o estudo devia ser adjudicado a uma entidade que é soberana nessa decisão. -----

---- Votou, para que este documento hoje estivesse em discussão, porque foi posto em cima da mesa que só seria votado se incluísse o ponto 7, senão seria retirado. -----

---- Fez notar que não tivessem votado, hoje não estavam a discutir as outras 6 propostas da comissão que são muito mais importantes do que qualquer outro contributo. -----

---- Votou favoravelmente este documento na comissão de saúde para hoje o poderem emendar.-

---- Nesta altura o *presidente da Mesa* apelou a que cada um não procurasse fazer o relato do que se passou na comissão de saúde, porque o que se passou na comissão, à comissão diz respeito, e as versões que cada um quer trazer, consciente ou inconscientemente, estão inquinadas. -----

---- Uma vez que tinha pedido a palavra a *deputada municipal Rita Sammer* disse que não iria

intervir dando razão ao presidente da Mesa, assinalando que o silêncio é a melhor resposta para esta questão. -----

----- Concluídas todas as intervenções o **presidente da Mesa** deu nota da metodologia a seguir nos termos regimentais, quanto às propostas de eliminação e de emenda apresentadas, as quais se transcrevem na íntegra:-----

----- **Proposta de Eliminação:**-----

-----“O grupo municipal do PS vem através do art.º 59 do Regimento, propor a retirada do ponto 7 do documento intitulado “Apreciação sobre a proposta de prestação de serviços para o estudo sobre a localização, perfil e dimensionamento do futuro hospital do Oeste”, apresentado pela Comissão Permanente de Saúde da Assembleia Municipal de Torres Vedras.”-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 25 votos a favor, 12 votos contra e 3 abstenções aprovar a proposta de eliminação.-----

----- Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do PS e Pedro Bernardes, contra do PSD, CDS-PP, BE e TNL e abstiveram-se PCP e José Augusto de Carvalho.-----

----- **Proposta de Emenda:**-----

-----“Que o ponto 7 da proposta em discussão se mantenha alterando “consulta pública” por concurso público”.-----

----- BE – João Rodrigues”.-----

----- O **presidente da Mesa** informou que, após aprovação da proposta de eliminação a de emenda não seria votada e passou de imediato à votação do documento base, sem o ponto 7.-----

----- Informou ainda que se este for aprovado está implícito, o sentido de voto da Assembleia relativamente ao documento da Câmara Municipal, no ponto 8 que passará a 7:-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 26 votos a favor, 10 votos contra e 4 abstenções aprovar a “Apreciação sobre a proposta de prestação de serviços para o estudo sobre a localização, perfil e dimensionamento do futuro hospital do Oeste, eliminando o ponto 7”.-----

----- Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do PS e Pedro Bernardes, contra do PSD, BE e TNL e abstiveram-se PCP e CDS-PP.-----

----- **Declaração de voto do PSD:**-----

----- “Clarificar que o voto contra do PSD se deveu exclusivamente a ser retirado do documento em aprovação, algo que tinha sido consensualizado na comissão criada para o efeito.-----

----- O PSD concorda com o conjunto das novas propostas de alteração, nas quais se envolveu ativamente, dando contributos, revê-se em tudo o que lá está escrito, e também aquilo que lá estava que era a referência ao tipo de contratação do estudo.-----

----- O seu voto contra é exclusivamente devido ao facto de se ter retirado esse ponto, pois com todo o conteúdo do documento nos revemos em absoluto”.-----

----- **Declaração de voto de Sérgio Jacinto:**-----

-----“O nosso sentido de voto favorável com este documento prende-se exatamente com o facto de o mesmo ser muito mais do que só o ponto 7, mas isso em nada desvaloriza, aquilo que aqui foi dito acerca da posição assumida pelo PS no dia de hoje. -----

-----Para além disso queria realçar o facto de o documento ter sido votado e assumido na Comissão Permanente de Saúde. -----

-----Por último queria dizer que não é com estas questões metodológicas que conseguimos levar a “carta a Garcia”. -----

3 - PROPOSTA N.º 1/AM/2020 – VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

-----O presidente da Mesa anunciou que todos os documentos incluídos neste ponto e que se transcrevem na íntegra, seriam lidos pela mesa e dada a possibilidade de serem apresentados pelos seus subscritores, ou representantes dos grupos municipais: -----

RECOMENDAÇÃO - “ESPAÇOS DE ESTUDO EM TORRES VEDRAS”:-----

-----“Considerando:-----

----- Que o universo de jovens estudantes em Torres Vedras abrange não só os que frequentam os Agrupamentos de Escolas do Concelho, como também os estimados pela Comissão Eventual para o Ensino Superior em Torres Vedras, mais de dois mil estudantes que frequentam o Ensino Superior; Que este número é alargado considerando o sucesso da implementação dos programas do Núcleo de Formação do Instituto Politécnico de Leiria que o Torres Vedras *Lab Center* alberga, que segundo dados do Relatório da mesma Comissão, ascende a mais de uma centena de estudantes apenas nos primeiros dois anos de funcionamento;-----

----- Que a existência do Instituto Superior Politécnico do Oeste alarga também o número de estudantes no nosso território; -----

----- A assinatura do protocolo com a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa com vista à criação do Torres Vedras “*Health Park for Multidisciplinary Core*”, uma excelente e necessária aposta do executivo camarário no crescimento da oferta de Ensino Superior em Torres Vedras; ---

----- Que a galopância dos preços aplicados no arrendamento de imóveis e quartos na cidade de Lisboa fez aumentar exponencialmente o número de jovens estudantes em movimento pendular diário entre Lisboa e a cidade de Torres Vedras; -----

----- Que muitos jovens que até então não teriam possibilidades de sustentar os custos com a sua Educação Superior passaram a poder fazê-lo com o apoio de programas locais e nacionais que geraram alívios significativos nos encargos a tal associados, sendo disto exemplo o “+Futuro” ou o “PART”; -----

----- Que é inevitável reconhecer que o perfil de cada estudante enquanto tal é específico, pelo que o ambiente considerado como adequado para o seu estudo poderá não se conformar com a

formalidade das condições de um ambiente de Biblioteca; -----
---- As necessidades demonstradas recentemente pela comunidade jovem local no sentido da criação de um espaço de estudo complementar ao da Biblioteca Municipal de Torres Vedras. -----
---- Tendo em conta o *supra* exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Torres Vedras recomenda ao executivo municipal, que leve a cabo diligências no sentido de avaliar a capacidade da oferta municipal já existente de fazer face às atuais necessidades de espaços de estudo da comunidade estudantil torriense. -----
---- Na eventualidade de se comprovar pela insuficiência, recomenda-se a ponderação da possibilidade de adaptação de um espaço público municipal para utilização como sala de estudo, em regime de pós-laboral e/ou fins-de-semana, restrito às épocas do ano letivo apuradas como de maior afluência. -----
---- Torres Vedras, 20 de fevereiro de 2020 -----
---- O Grupo Municipal do Partido Socialista”. -----
---- A *deputada municipal Rita Sammer* interveio no sentido de saudar a recomendação, questionando se está estimado o investimento de adaptação de algum espaço e respetivos recursos humanos. -----
---- A deputada municipal *Rita Vilela* reiterou o sentido da recomendação ao Executivo Municipal que vai no sentido de avaliação desta necessidade como efetiva, previamente a qualquer investimento. -----
---- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 38 votos a favor e 2 abstenções aprovar a recomendação em título. -----
---- Anota-se que se absteve o grupo municipal do PCP. -----
2 - MOÇÃO DE PROTESTO PELAS CONDIÇÕES DO PAVIMENTO DO IC 11/ EN 8-2
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS: -----
---- “Considerando: -----
---- Que a conservação, requalificação e manutenção do itinerário complementar 11/Estrada Nacional 8-2 (IC11/EN 8-2) localizada entre a Portagem de Ramalhal da A8 e a Vila da Lourinhã, é da competência das Infraestruturas de Portugal S.A.; -----
---- Que a Infraestruturas de Portugal S.A é concessionária do troço acima identificado em regime de Gestão direta, e que este regime prevê que sejam realizados trabalhos como a reparação e beneficiação de pavimentos, melhoria dos sistemas de drenagem das vias, conservação de Pontes e viadutos, reposição e adequação da sinalização e outros equipamentos de proteção e segurança rodoviária, estabilização de taludes e limpeza de bermas e dos terrenos adjacentes à estrada; -----
---- Que a Segurança Rodoviária é uma máxima na atividade da IP e que este troço do IC11-EN 8-2 não oferece aos dias de hoje, condições de segurança adequadas; -----

-----Que o troço rodoviário em questão possui um tráfego bastante elevado e que se assume como uma grande via de acesso às Freguesias do Norte do Concelho, (Ramalhal, de A-dos-Cunhados/Maceira e de Campelos/Outeiro da Cabeça), assim como via de acesso do restante Concelho ao Concelho da Lourinhã, tendo um acentuado impacto no desenvolvimento de toda a nossa região;-----

-----Que o troço entre o Km 0 e o Km 11 está localizado no Concelho de Torres Vedras, e que o mesmo encontra-se atualmente em degradação progressiva, particularmente entre o Km 3 e o km 11, encontrando-se numa situação muito perigosa para os automobilistas.-----

-----A Assembleia Municipal reunida nesta data delibera:-----

-----Reivindicar à Infraestruturas de Portugal S.A uma intervenção com carácter de urgência no pavimento do troço rodoviário do IC11-EN 8-2, para que a mesma contribua para a prevenção de acidentes, salvaguardando a segurança de pessoas e bens.-----

Torres Vedras 20 de fevereiro de 2020.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista.”-----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar o voto de protesto em título.-----

3 - VOTO DE LOUVOR – SÉRGIO SIMÕES:-----

-----“No início deste ano deixou o Dr. Sérgio Nunes Simões as suas funções de Administrador Executivo dos Serviços Municipalizados.-----

----- Funções que exerceu a tempo inteiro desde outubro de 2005, e em regime “pro bono” desde 1 de março de 2013.-----

-----Ao longo da sua gestão, caracterizada por elevados critérios de rigor, exigência e transparência, qualidades inerentes à sua vincada personalidade, os SMAS saíram de uma situação, quer em termos de investimento, quer de recurso a empréstimos bancários, de absoluta dependência de transferências do orçamento camarário, para uma total autossuficiência desde 2011, mormente para novos investimentos.-----

----- Registe-se, ainda, que há 3 anos que todos os empréstimos bancários estão liquidados.-----

----- Todos nós, aqui na AM, somos testemunhas da qualidade das respostas às questões que levantávamos, e da sua permanente disponibilidade.-----

----- Todos os que com ele trabalharam, funcionários ou autarcas, reconhecerão a sua isenção e dignidade no diálogo e na resolução de problemas.-----

----- Por tudo isto o Dr. Sérgio Simões, é merecedor do nosso voto de louvor e, seguramente de merecida homenagem pública na sessão solene do próximo feriado municipal.-----

----- Torres Vedras 20 de fevereiro de 2020.-----

----- O Grupo Municipal do PS.”-----

----- Pediu a palavra a *deputada municipal Rita Sammer* para assinalar que o grupo municipal do

PSD concorda absolutamente com este voto de louvor.-----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de louvor em título.-----

4 - MOÇÃO - CRIAÇÃO DE UMA CARREIRA RODOVIÁRIA QUE LIGUE OS PÓLOS DO CENTRO HOSPITALAR DO OESTE:-----

---- “Considerando que:-----

---- As deslocações a que utentes e acompanhantes estão sujeitos, entre as unidades do CHO, são muitas vezes frequentes e difíceis de gerir, devido à falta de oferta de transportes públicos entre as unidades hospitalares.-----

---- A administração do CHO, reconhece este problema, constando em documentos escritos que os custos inerentes a estas deslocações são avultados.-----

---- É frequente a deslocalização de doentes do hospital mais próximo da sua residência, para as unidades do Centro Hospitalar mais afastadas, pela necessidade de realização de exames, tratamentos ou consultas de especialidade.-----

---- Cabe ao Município, também, zelar pelo bem-estar das populações e apoiá-las nas suas necessidades mais básicas.-----

---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 03 de Março de 2020, delibera:-----

---- Promover a criação de uma carreira direta que ligue as unidades de Torres Vedras, Caldas da Rainha e Peniche, em articulação com estes 3 municípios.-----

---- Procurar e promover a participação de todos os municípios com freguesias servidas por este Centro Hospitalar.-----

---- Trabalhar para que esta carreira seja de utilização gratuita para utentes com credenciais que impliquem a deslocação entre unidades.-----

---- Promover para que esta carreira seja incluída nos Passes Municipal e Intermunicipal.-----

---- Promover para que a bilhética normal – bilhete único adquirido no transporte seja de valor inferior ao praticado nas carreiras normais que servem o concelho, facilitando, desta forma, a deslocação de acompanhantes dos utentes ou quem os vá visitar, quando estes estão internados.-----

---- Promover a realização de um estudo que determine a frequência e horas limites de funcionamento desta carreira, para melhor a adequar às necessidades efetivas dos utentes.-----

---- O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda - João Rodrigues.”-----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o PSD vai votar favoravelmente pese embora tenham a consciência que a carreira direta possa não ser o caminho, mas sendo um assunto extremamente sensível, merece uma atenção.-----

---- O *deputado municipal Jacinto Leandro* desde logo alertou o BE para o facto de se tratar de uma recomendação onde devia constar que a “Assembleia Municipal delibera recomendar”.-----

---- Em relação à proposta em concreto, não vê a sua exequibilidade nos próximos anos e o grupo

municipal do PS não vai votar a favor. -----

---- O *deputado municipal* **Pedro Castelo** considerou uma proposta extremamente interessante, que o CDS-PP regista com agrado e irá votar a favor sem reservas. -----

---- Disse ainda não perceber os argumentos do colega que o antecedeu pois não sabe em que dados ou estudos se baseia para dizer que a proposta não é exequível, e que no seu entender este poderá ser o início para que possa haver uma solução para quem não tem transporte.-----

---- A *deputada municipal* **Teresa Oliveira** assinalou que o grupo municipal do PCP iria votar a favor pois tudo é exequível sendo só preciso que haja boa vontade, empenho e necessidade. -----

---- Assinalou igualmente que o concelho de Torres Vedras está mal servido de transportes públicos pelo que propostas destas são bem-vindas. -----

---- A *deputada municipal* **Paula Mota** interveio no sentido de reforçar as palavras da sua colega de bancada, uma vez que há pessoas com dificuldades que têm necessidade de se deslocar ao Hospital de Caldas da Rainha. -----

---- Acha que faz todo o sentido, admirando-se que o PS, que deve estar ao lado das classes mais desfavorecidas, esteja contra esta proposta. -----

---- Em resposta o *deputado municipal* **Jacinto Leandro** explicou que estão a fazer uma proposta que teria de ser aferida no âmbito da OesteCIM no sentido ser acolhida pelos seus municípios, mas não é o que consta na moção, pois refere que é para a Assembleia Municipal “deliberar promover”.-----

---- Disse ainda que a proposta se não é demagogia é boa vontade, mas na prática não consubstancia nada e apesar de ficar bem visto defender as pessoas que tenham dificuldade de transporte entre as unidades hospitalares do CHO, não compete à Assembleia Municipal deliberar neste sentido. -----

---- Não se registaram mais intervenções, tendo o presidente da mesa colocado à votação a moção em discussão: -----

---- A Assembleia Municipal, reprovou, por maioria 19 votos contra, 14 a favor e 7 abstenções a moção em título. -----

---- Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do PCP, CDP-PP, PSD, TnL e BE. ----

---- Abstiveram-se Leonor Marinheiro, Pedro Bernardes, Celso Carvalho e a Mesa.-----

---- **Declaração de voto de António Carneiro.** -----

---- “Não estou disponível para ficar em fotografias de não estar ao lado de quem não quer ajudar os pobres e os que têm dificuldades e esta moção é nesse sentido.-----

---- Fazer moções destas é muito fácil, mas é inexecuível no curto, médio e longo prazo, além de que as nossas freguesias têm todas associações de socorros que transportam os doentes que têm dificuldades. -----

----- Só por isso não me repugna votar contra, por a considerar inexecutável. -----
----- É o meu pensamento e do nosso grupo, não alinhámos na fotografia e não nos ensinam lições
nessa matéria.”-----

**5 - MOÇÃO - PARA UMA MAIOR DIVERSIFICAÇÃO DE OFERTA DE VIATURAS
ALTERNATIVAS:** -----

----- “Considerando que: -----
----- As políticas de mobilidade são fundamentais para a gestão e planeamento urbanos,
deslocação dos cidadãos e promoção da sustentabilidade e da qualidade de vida;-----
----- Essas políticas devem ir ao encontro das necessidades de todos sem exceção, de forma justa
e com igualdade, mas garantido a equidade no acesso, através de uma diferenciação planificada;-
----- As alternativas de mobilidade devem ser acessíveis e organizadas de forma integrada e
diversificada, indo ao encontro dos direitos de deslocação, de acesso e de fruição da cidade com
equidade; -----
----- Em Torres Vedras a bicicleta é o único veículo promovido pela autarquia como modo de
deslocação, embora nem todos os cidadãos a possam usar, nomeadamente os mais idosos, os
cidadãos com mobilidade reduzida ou com deficiência; -----
----- A autarquia apenas oferece a bicicleta como substituto do carro, existindo já alternativas de
mobilidade elétricas e outras soluções amigas do ambiente, cuja implementação importa articular,
qualificar e generalizar; -----
----- Todas as alternativas ao automóvel são importantes, não só para um sistema mais integrado e
acessível, mas também para promover alternativas de oferta apetecíveis, que se tornem hábitos
nos torrienses; -----
----- Não se tem verificado uma diminuição perceptível do uso do automóvel na cidade, nem uma
utilização efetiva dos velocípedes disponibilizados pela autarquia, sendo ainda insipiente a oferta
alternativa ao automóvel nos espaços urbanos;-----
----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 03 de março de 2020, delibera:-----
----- Introdução de veículos alternativos às bicicletas “Agostinhas”, com menor exigência motora ao
utente; nomeadamente o aumento efetivo de bicicletas com apoio elétrico e a introdução de uma
ou mais alternativas como as trotinetas elétricas; “segway” ou pequenos veículos elétricos, que
garantam uma maior variedade na oferta e sejam alternativas às tradicionais bicicletas, mantendo
o princípio da transição energética e sustentabilidade e garantindo uma melhor acessibilidade para
todos.-----
----- O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda – João Rodrigues.” -----
----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 38 votos a favor e 2 abstenções, aprovar a
moção em epígrafe.-----

----- Anota-se que se abstiveram os deputados municipais do CDS-PP. -----

6 - RECOMENDAÇÃO - PARA UMA MAIOR FACILIDADE DE ACESSO ÀS AGOSTINHAS: -----

----- “Considerando que: -----

----- A bicicleta é um dos veículos não poluentes de maior impacto na mobilidade amiga do ambiente e na qualidade de vida em meio urbano; -----

----- O uso das “Agostinhas” continua a não ter o uso em quantidade desejada, mantendo-se ainda um elevado número de automóveis em circulação, pelo que todas as alternativas devem ser promovidas e facilitadas; -----

----- É fundamental aumentar o uso das “Agostinhas”, facilitando o acesso imediato, em qualquer momento para qualquer cidadão, de forma rápida, sem transtornos para o utente; -----

----- Existe a necessidade de melhorias na forma de acesso às bicicletas fornecidas pela Câmara Municipal, as “Agostinhas”, que atualmente têm um processo burocratizado e exigente na deslocação pessoal aquisição de um cartão físico, tornando-se num entrave à sua difusão e uso mais frequente; -----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 03 de março de 2020, delibera: -----

----- Implementar um sistema mais eficaz, ágil e aberto de utilização das “Agostinhas”, que passe por um procedimento eletrónico em plataforma *online* com inscrição acessível, em articulação com uma aplicação no telemóvel que permita leitura de código junto do estacionamento, possibilitando a sua utilização imediata, em complemento ao atual sistema de cartão físico. -----

----- Anular a limitação horária, permitindo o seu uso, durante qualquer hora do dia ou noite. -----

----- O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda - João Rodrigues.” -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 38 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a recomendação em título. -----

----- Anota-se que se absteve Paulo Valentim e não se encontrava na sala António Carneiro. -----

7 - RECOMENDAÇÃO - PARA A TRADUÇÃO EM LÍNGUA GESTUAL DE TODAS AS SESSÕES PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

----- “O Bloco tem vindo a lutar pela emancipação e pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência, é nesse sentido que apresentamos esta recomendação. -----

----- Considerando que: -----

----- A Constituição Portuguesa, garante o direito à informação, sem impedimentos nem restrições (título II, capítulo I, artigo 37.º). -----

----- A Constituição Portuguesa, garante, a todos os cidadãos, o direito de participar na vida pública, assim como, o direito de ser esclarecidos objetivamente sobre atos do Estado e demais entidades públicas e de ser informados pelo Governo e outras autoridades acerca da gestão dos assuntos públicos (título II, capítulo II, artigo 48.º). -----

-----A Constituição Portuguesa, compromete o estado a trabalhar no sentido de integrar as pessoas portadoras de deficiência na sociedade (título III, capítulo II, artigo 71.º).-----

-----Tendo o Estado Português, adotado a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006, em que se compromete a: “Assegurar que as pessoas portadoras de deficiência podem efetiva e plenamente participar na vida política e pública, em condições de igualdade com os demais...” (artigo 29.º, alínea a).-----

-----No Município de Torres Vedras, vivem cerca de 319 pessoas com algum nível de surdez ou surdez total (dados dos censos de 2011).-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 03 de março de 2020, delibera:-----

-----A contratação e disponibilização de intérpretes acreditados em língua gestual portuguesa para todas as sessões públicas da câmara municipal.-----

-----A transmissão da tradução, em tempo real, das emissões *online* das sessões públicas.-----

-----João Rodrigues - Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.”-----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* anotou que o grupo municipal do CDS-PP nada tem a opor, contudo questionou o proponente se fez contas aos custos que podem vir a ter nas sessões da Assembleia Municipal e a relação custo/benefício.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* lembrou que já por diversas vezes trouxe a plenário esta matéria que merece a concordância do TnL.-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* assinalou o voto a favor do grupo municipal do PS conscientes que é um objetivo a alcançar, não sabendo quando.-----

-----Considera que esta matéria será difícil de operacionalizar, pelos meios humanos, financeiros e logística que envolve, mas o executivo deve fazer um esforço nesse sentido.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a recomendação em título.-----

8 - RECOMENDAÇÃO - PARA O AUMENTO DA ÁREA ABRANGIDA PELA REDE DE TUT E REVISÃO DE HORÁRIOS:-----

-----“O conceito de mobilidade tem vindo a ser recorrentemente usado como uma forma de melhorar a funcionalidade e facilidade de circulação nas cidades, evitando os congestionamentos, melhorando ordenamento dos tecidos urbanos e promovendo a qualidade de vida dos cidadãos.

-----Tem uma outra vertente igualmente importante, que é a sua relação com a sustentabilidade ambiental e o combate às alterações climáticas. Hoje, a mobilidade adquiriu uma importância ambiental, que a torna um dos fatores chave da mudança para um melhor planeta.-----

-----Desde a redução das emissões de gases, até à transição energética, passando pela qualidade de vida nas cidades; as estratégias de mobilidade são hoje parte integrante e fundamental das políticas de uma boa gestão urbanística e ambiental.-----

-----A mobilidade tem igualmente uma dimensão de igualdade de circulação e acesso de todos os

cidadãos, que têm o direito à deslocação nos espaços urbanos com qualidade e de forma justa, respeitando a igualdade.-----

-----A promoção dos transportes públicos, de ciclovias, de alternativas de mobilidade elétricas e de outras soluções amigas do ambiente, são fundamentais desenvolver cada vez com mais intensidade de forma a passarem a fazer efetivamente parte dos hábitos dos torrienses.-----

-----Torres Vedras desenvolveu diversas estratégias de mobilidade, mas que estão longe de se constituírem em soluções integradas, com oferta de qualidade e que possam efetivamente constituir-se em alternativa ao uso do automóvel, como se observa pela quantidade de viaturas a circular diariamente, pelo que urge melhorar e generalizar estas estratégia. -----

-----O transporte público urbano de qualidade, universal, que vá ao encontro das reais necessidades dos cidadãos é, desde logo, uma ferramenta essencial nos processos de melhoria da mobilidade sustentável, como alternativa ao automóvel;-----

-----O transporte público urbano é também uma alternativa para os cidadãos que não podem usar veículos como bicicleta ou outros, tornando a mobilidade mais equitativa e um serviço fundamental para que uma população mais desfavorecida e de mobilidade reduzida, se possa deslocar em meio urbano de forma eficaz;-----

-----Constatamos igualmente que o tecido urbano da cidade cresce e se ramifica, sendo Torres Vedras um centro importante de comércio, serviços, de emprego e de lazer para grande parte da população de habita na sua periferia; -----

----- Considerando que: -----

----- O TUT é uma oferta de transporte urbano que urge qualificar e tornar mais eficaz, para que se possa constituir uma alternativa ao automóvel, que deve ficar cada vez mais estacionado à entrada da cidade, ou mesmo à porta de casa;-----

----- O TUT é uma excelente oportunidade para promover uma política de mobilidade sustentada, constituindo-se um serviço fundamental às populações, não só da cidade, como da periferia, bairros e localidades próximas à cidade; -----

----- A melhoria da qualidade e dos horários do TUT, bem como uma maior abrangência de rede, contribuirão para concorrer com o uso do automóvel e a facilidade e rapidez de acesso que este permite, bem como facilitarão que mais cidadãos acedam ao transporte público urbano. -----

----- A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 03 de março de 2020, delibera:-----

----- a) O aumento da intensidade de circulação do TUT nas diversas linhas, reduzindo os tempos médios de espera, facilitando a preferência de mais utentes, com maior efetividade; -----

----- b) A simplificação das linhas atuais, para áreas mais abrangentes, evitando transbordo e complexidade na utilização;-----

----- c) O aumento da rede de abrangência das linhas existentes a bairros e localidades na periferia

da cidade de Torres Vedras como, por exemplo: Serra da Vila, Varatojo, Turcifal e Paul.-----

---- O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda - João Rodrigues.”-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* registou o facto de o subscritor e proponente desta moção identificar nas três alíneas os três principais problemas do TUT na cidade de Torres Vedras e merece o voto favorável do TnL. -----

---- Tendo em conta que a recomendação refere a área abrangida pela rede de TUT, *o deputado municipal Jacinto Leandro* fez notar que o aumento da rede possível já está feito, embora os horários possam ser ajustados em função das necessidades que ocorram, pelo que a recomendação não tem sentido.-----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos contra 12 votos a favor e 2 abstenções, reprovou a recomendação em título. -----

---- Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do PCP, PSD, BE e TnL, contra do PS e Pedro Bernardes e o CDS-PP absteve-se. -----

9 - RECOMENDAÇÃO - PARA A REMOÇÃO DOS RELVADOS SEM UTILIZAÇÃO LÚDICA: ----

---- “Numa época de urgência climática, não podemos olhar com indiferença para o desperdício do nosso bem comum mais escasso - a água.-----

---- O Bloco de Esquerda insiste em apresentar uma moção para a remoção dos relvados, cuja função seja meramente estética. -----

---- Tendo em conta que o principal motivo apontado para a reprovação da nossa moção anterior sobre este tema, nomeadamente por parte do PS, terá sido o texto demasiado generalista e que, por isso, poderia dar azo a múltiplas interpretações acerca do alvo das alterações propostas, reformulamos e especificamos o texto, clarificando a intenção subjacente e evitando desta forma, duplas interpretações.-----

---- Considerando que: -----

---- É impossível ignorar as alterações climáticas e as suas consequências, sendo o problema tão grave, que é hoje uma das maiores ameaças à vida humana na terra e por isso, um dos nossos maiores desafios enquanto humanidade. -----

---- A Crise climática exige medidas determinadas e concretas em contraponto a discursos vazios de ação subsequente.-----

---- Tudo o que foi feito até hoje falhou, pois não se verificou uma quebra na poluição e destruição do ambiente, sendo que estamos hoje no caminho para o caos climático. -----

---- A resposta à crise climática deveria ser desenhada a nível internacional para que produza efeitos concretos, no entanto estas instituições não têm sido capazes de produzir uma resposta eficaz, como vimos mais recentemente com o Acordo de Paris ou com a COP 25, que não produziram qualquer resultado ou medida estrutural, indispensáveis, se queremos corrigir o nosso

caminho para o desastre climático. -----

---- Medidas estruturais implicam um outro regime que não o capitalista, predador de recursos, pois requerem uma mudança total do nosso modo de produção. -----

---- Porque o que nos impede de resolver a crise climática são os lucros e a “finança”, sempre mais importantes que as pessoas e a vida humana. -----

---- Porque hoje, já sabemos tudo o que há para saber sobre o clima e como resolver esta crise, o que nos impede de o fazer são os lóbis e os interesses financeiros. -----

---- Porque devemos antes primar os nossos consumos por necessidades práticas e efetivas e não apenas lúdicas, impulsivas ou estéticas. -----

---- Porque sabemos que não está ao nosso alcance, enquanto autarquia, produzir uma estratégia nacional para o clima, mas há sim, coisas que podemos fazer para reduzir o nosso impacto ambiental. -----

---- Propusemos, na anterior assembleia, a retirada da relva de espaços onde esta não tenha qualquer utilização para além de elemento estético como rotundas e canteiros. -----

---- Uma das respostas que surgiu por parte do PS e Câmara Municipal é que a retirada da relva de certos lugares tem vindo a ser feita. É verdade, nomeadamente nos anos de crise, como medida para baixar a conta da água paga pelo município. Mas o ambiente não pode estar refém dos anos de crise e quando não se pode pagar a conta da rega da relva. -----

---- Porque hoje, já com alguma folga orçamental, assistimos a mais relva em frente ao novo Museu de Artes do Carnaval. -----

---- Embora se verifique que, pelo menos, existem outras plantas introduzidas para além da relva, a introdução de tubagens de rega, sugere tratar-se de plantas que irão, na mesma, consumir grandes quantidades de água potável. -----

---- Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 03 de março de 2020, delibera:-

---- A remoção de relvados da cidade e de outras localidades, em rotundas e canteiros urbanos que carecem de rega periódica e abundante, onde a relva é um elemento meramente estético, no âmbito da promoção efetiva da poupança de águas potáveis por parte do município, evitando o desperdício deste bem cada vez mais escasso. -----

---- Nestes locais serão plantadas plantas autóctones que contribuem para a produção de oxigênio e purificação do ar, ao contrário da relva que é uma espécie que regista poucos benefícios face aos seus custos de manutenção e carece do consumo de grandes quantidades de água. Como alternativa, os espaços podem ser adornados com outros elementos decorativos, que não tornem os solos impermeáveis. -----

---- A Assembleia garante também avaliar outros espaços que hoje são apenas relvados e plantar nos mesmos, espécies arbóreas autóctones, como por exemplo, os relvados em frente à Escola

Padre Francisco Soares e Madeira Torres, o separador e rotundas da avenida da Várzea, as laterais ao longo à Rua Aurélio Ricardo Belo, entre outros. -----

-----Estão excluídas as áreas relvadas com claro interesse lúdico, como são os parques do choupal, da várzea e outros parques fora da cidade.-----

-----Estas ações permitirão uma redução do consumo de água potável para rega, sendo que a plantação de espécies arbóreas e autóctones, permite a produção de oxigénio, regulação dos cursos de água, tendo também a capacidade de produzir sombra e refrescar as áreas urbanas que, devido à ausência de árvores, estão mais expostas ao sol e ao aumento da temperatura.-----

-----Salientamos que tem vindo a ser prática adotada em outros municípios e é um contributo efetivo na resposta aos tempos que vivemos de urgência climática.-----

-----Para além disso, esta é uma moção em linha com a preocupação crescente das populações em relação à ação climática, assim como dos municípios como foi expresso no último congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em que participou o nosso Presidente de Câmara, e que adotou uma resolução em que assume:-----

-----“as alterações climáticas são uma preocupação universal” e que “os municípios estão empenhados em participar no combate às alterações climáticas e em tornar os seus territórios mais sustentáveis”.-----

-----Como preocupação não chega, não resolve por si, qualquer problema, a aprovação desta moção dita o princípio de uma política de efetiva de progressão ecológica por parte do Município de Torres Vedras, face aos desperdícios, adotando medidas efetivas de proteção dos recursos naturais.-----

-----O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda - João Rodrigues.”-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* interveio no sentido de assinalar a abstenção do grupo municipal do PS, na medida em que, embora possam subscrever as recomendações que estão nos pontos finais, no fundo são coincidentes com estratégia da autarquia nesta matéria e que está a implementar.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o grupo municipal do PSD não concorda com vários dos considerandos pelo seu cariz ideológico, contudo estão de acordo com o princípio e a recomendação, como tinham estado da outra apresentação, sendo nesse sentido que vão votar favoravelmente.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria 11 votos a favor, 3 votos contra e 26 abstenções, aprovar a recomendação em título.-----

-----Anota-se que votaram contra os deputados municipais do CDS-PP e João Tomaz e a favor do BE, PSD e PCP, e abstiveram-se PS, TnL e Pedro Bernardes.-----

10 – MOÇÃO- EM DEFESA DA INTEGRAÇÃO DA MARCA OESTE (NUT III) NA MARCA

INTERNACIONAL LISBOA:-----

-----“Foi a RTOeste criada por vontade dos seus Municípios (Portaria n.º 272/83 resultante do DL 327/82), tendo os seus primeiros órgãos tomado posse em maio de 1984. -----

----- Iniciou-se, então, entusiasticamente, um significativo programa de estruturação dos seus produtos turísticos, aperfeiçoamento e/ou formação profissional, dinamização e criação de novos eventos e de promoção interna e externa (aqui no âmbito da então Marca Internacional Costa de Prata, com outras suas congéneres). -----

----- Em 1998 o Governo cria novas Marcas Internacionais, coincidentes com as NUT II: Norte (depois designada Porto e Norte de Portugal), Centro, Lisboa e Vale do Tejo (depois designada Lisboa), Alentejo e Algarve a par de Madeira e Açores. -----

----- Assim se reestruturou toda a imagem e estratégia da promoção internacional. -----

----- O Oeste passa, assim, a trabalhar em conjunto com a cidade de Lisboa, a Costa Azul, o Ribatejo, e Estoril-Sintra (também Mafra – Ericeira por ser AML). -----

----- O Presidente da RTOeste é, por inerência, membro da Direção da Agência Regional de Promoção Turística de Lisboa única entidade em condições de contratualizar verbas com o Turismo de Portugal, participando na elaboração de programas promocionais. -----

----- Um exemplo: em 2003 o Oeste, em conjunto com a Costa Azul e Estoril, recebe em Málaga o prémio atribuído pela Associação Internacional de Operadores Turísticos de Golfe como “Melhor destino mundial de golfe”! -----

----- Em 2009, por pressão dos respetivos órgãos municipais, também por reconhecimento pela visibilidade que o Oeste soubera conquistar, Alcobaça e Nazaré aderem à RTOeste. -----

----- Em 2012, é aprovada em Conselho de Ministros a integração, unilateral, do Oeste na RT Centro, unilateral na medida em que ninguém no território (Municípios, CIM ou Empresas) foi chamado a pronunciar-se e, mais grave, contra a proposta remetida a CM pelo então Secretário de Estado do Turismo que nos mantinha na marca Lisboa. -----

----- À falta de outro argumento se afirmou ser para não se perder acesso ao Quadro Comunitário de Apoio. -----

----- Falso! -----

----- Desde 2002 (DL 244/2002) que municípios e outras entidades do Oeste são adstritas à CCDR Centro exclusivamente para este efeito. -----

----- No mais (Saúde, Proteção Civil, Ambiente, Educação, Agricultura ou Turismo) sempre fomos CCDRLVT. -----

----- Consulte-se hoje, a página desta CCDR: lá estamos para efeitos de Ambiente, Planeamento, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. -----

----- Então não é este o “território” em que o Turismo se movimenta? -----

-----O espantoso é que esse mesmo Conselho de Ministros (Resolução 24/2013 - Plano Nacional de Turismo) refere na Resolução: “Região de Lisboa, os principais produtos turísticos são estadias de curta duração em cidade, os circuitos turísticos culturais e religiosos ...os produtos golfe, náutico e turismo residencial sobretudo no Estoril e Oeste”. -----

----- E na nova orgânica do Governo também escreve (DL 228/2012):” as CCDR são interlocutores privilegiados para a nova dinâmica que se pretende imprimir às políticas de desenvolvimento regional....e a área de cada CCDR consta do Anexo I do presente DL“-----

----- E lá está a NUT III Oeste com todos os seus Municípios! -----

----- Instada pelo Presidente da RTO a pronunciar-se o Presidente da CCDRLVT escreve a esta entidade:-----

----- “...Sem prejuízo de manter a anterior repartição com o centro para efeitos das competências no âmbito dos Fundos Comunitários...considera-se não existirem dúvidas sobre a configuração territorial da RLVT não só para as áreas dos serviços periféricos e desconcentrados do Estado como também é o caso das Entidades Regionais de Turismo “. -----

----- Acrescentou que sempre afirmara da “maior pertinência a manutenção da coincidência territorial da futura Entidade Regional de Turismo (estava-se no processo de “rearrumação”...) com a da CCDRLVT “.-----

----- Lapidar ou não?-----

----- O centro é um conjunto de mais de 100 municípios (distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria, Guarda, Castelo Branco) sem um cimento de identidade cultural ou de geografia humana. -----

----- Orlando Ribeiro, o nosso maior Geógrafo escreveu que Alcobaça é o limite setentrional da civilização mediterrânica,” da cal”. Dali para cima é a pedra e o xisto.-----

----- Hernâni Lopes escreveu nessa mesma esteira. -----

----- Foi seguindo este raciocínio estratégico que a produção deixou cair a marca Vinhos da Estremadura e reestruturou a CVR Vinhos de Lisboa. -----

----- Sei que desde então as vendas triplicaram! -----

----- Lisboa é já hoje o maior destino turístico internacional do país, tendo ultrapassado o Algarve em número de turísticas e receitas.-----

----- Uns números: hotel 3 estrelas preço médio: Algarve 40 euros-Lisboa 70-Centro...35!
5 Estadia - Algarve 100 E/noite, Lisboa 180 - Taxa média ocupação hotéis Lisboa 57,8, Centro 36,3!
O 2.º maior grupo Hoteleiro mundial (Windhan, mais de 8.000 hotéis) chegou ao Oeste e designou o seu Hotel “Dolce Campo Real Lisboa”. Não saberiam o que estavam a fazer? -----

----- Com quem queremos estar?-----

----- É chegado o momento de assumirmos a coragem de exigir mudança!-----

----- Atento o flagrante esvaziamento internacional do Oeste, a sua quebra de visibilidade com o

que isso significa de perda económica e, até, de atração de investimento no sector, a Assembleia Municipal delibera solicitar ao governo, procedimento urgente no sentido da reposição da verdade regional e turística: a integração do Oeste (NUT III) na Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, consequentemente na Marca Internacional Lisboa à qual, por razões históricas, culturais, geográficas e de planeamento e ordenamento do território estamos intrinsecamente ligados.-----

----- Mais se delibera dar conhecimento: aos Municípios do Oeste e sua CIM, às CIM Médio Tejo e Lezíria do Tejo, à Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo, à Agência Regional de Promoção Turística de Lisboa e ao Turismo de Portugal.-----

----- O Grupo Municipal do Partido Socialista.”-----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* lembrou já de ter alertado o plenário de ser tempo de prestar mais atenção ao que o colega António Carneiro diz a respeito do turismo e o TnL revesse claramente nesta moção.-----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção em título.-----

MOÇÃO/RECOMENDAÇÃO - REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE COMODATO COM A UPGYM UNIPESSOAL LDA E LANÇAMENTO DE HASTA PÚBLICA:-----

----- “No dia 7 de janeiro de 2020 o executivo municipal aprovou, com os votos contra dos vereadores do PSD, a celebração de um contrato de comodato entre o SMAS, representado pelo presidente da câmara, e a UPGYM Unipessoal Lda., representada pelo seu gerente Hugo Rodrigues Bernardes, para exploração de uma parcela de terreno, com uma área de aproximadamente 20.000 m² (2 hectares), adjacente ao parque de campismo de Santa Cruz, onde está instalada a ETA de Santa Cruz.-----

----- O empresário pretende utilizar o terreno para dinamizar uma atividade de ginásio outdoor, também conhecida por BootCamp. Para o efeito, os aparelhos instalados no local serão amovíveis e os materiais utilizados serão essencialmente naturais, como a madeira, ou reutilizados, como os pneus e visam a criação de obstáculos para melhorar o circuito e o treino.-----

----- Neste contrato o município cede a título gratuito uma parcela de terreno público para exploração privada, unipessoal, comercial e lucrativa.-----

----- Com este contrato, o município dá vantagem económica e financeira ao particular, que utilizará o imóvel para fazer negócio e obter lucro, e prescinde de qualquer contrapartida financeira pela exploração comercial desse ativo público. Por si só, esta situação configura um atropelo grave à defesa do interesse público da autarquia. Merecendo, desde logo, que esta Assembleia Municipal, no estrito exercício do seu dever de fiscalização da atividade dos SMAS, exija a reparação de tal prejuízo.-----

----- Porém, a situação é bastante mais grave. O particular beneficiário desta extraordinária e

inédita benesse não é um cidadão qualquer. O proprietário da empresa UPGYM Unipessoal, Lda. é o filho da vereadora e vice-presidente da câmara Laura Rodrigues.-----

----- Levantam-se, desde logo, fundadas dúvidas que esta assembleia não pode nem quer ignorar:

----- a) Houve violação do dever de não intervir em processo administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado, em que tenha interesse ou intervenção o seu cônjuge, filho ou parente até ao 2.º grau da linha colateral?-----

----- b) Houve violação do dever de não usar, para fins de interesse próprio ou de terceiros, informações a que tenha acesso no exercício das suas funções?-----

----- c) Houve violação do dever de não patrocinar interesses particulares, próprios ou de terceiros, de qualquer natureza, quer no exercício das suas funções, quer invocando a qualidade de membro de órgão autárquico?-----

----- A vereadora Laura Rodrigues, vice-presidente da câmara municipal, teve ao seu alcance meios, modos e oportunidade para contrariar a existência deste processo. Não o fez. -----

----- E não se trata de uma mera questão jurídica. Nem apenas da gestão danosa ou negligente da coisa pública por parte do presidente da câmara. É, essencialmente, uma questão ética e política. Um cidadão comum não tem acesso a informação privilegiada sobre os imóveis dos SMAS. Um cidadão comum, proprietário de uma empresa que legitimamente visa o lucro, não recebe para exploração terrenos públicos a título gratuito. Um cidadão comum não tem tratamento privilegiado na celebração de contratos com a autarquia. Um cidadão comum que almeje explorar um imóvel público sujeita-se às regras públicas: havendo lançamento de hasta pública, concorre. -----

----- Consequentemente, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida no dia 3 de março de 2020, delibera recomendar à câmara municipal a revogação do contrato de comodato celebrado entre os SMAS e a UPGYM Unipessoal, Lda., e lançamento de hasta pública para exploração do imóvel em questão, com fixação de justa contrapartida financeira. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata.” -----

----- O **presidente da Assembleia** informou que hoje ao final do dia, após solicitação sua, recebeu do edil alguns elementos complementares a propósito desta moção, que incluiu um *mail* recebido às 17h.41m de um dos contratantes do contrato de comodato, em que solicita a anulação do contrato e manifesta indisponibilidade para concorrer a concurso que neste terreno possa ocorrer.

----- Como os proponentes não deram sinal contrário deu a palavra ao plenário para a discussão da moção em epígrafe. -----

----- De imediato o líder do grupo municipal do PS, **Jacinto Leandro** pediu a palavra para dizer que perante o documento remetido pelo contratante, o assunto da moção já não existia.-----

----- Em resposta o **presidente da Mesa** informou tinha na mesa uma moção legitimamente apresentada e havendo um pedido de anulação do contrato, não sabe se o mesmo terá de ser

anulado pelo executivo.-----

---- Retiraria a moção se for essa a vontade dos proponentes.-----

----A líder do grupo municipal do PSD, **Rita Sammer** assinalou que a moção trata de 2 pontos distintos: recomendação no sentido de revogar o contrato e a outra no sentido de ser lançada hasta pública, no entendimento de ser vantajoso para os munícipes torrienses haver a possibilidade de utilização daquele terreno e a moção não seria retirada.-----

----O *deputado municipal Jacinto Leandro* disse que aceitavam a discussão de uma recomendação para que haja lançamento de hasta pública, mas não para revogar o contrato.-----

----Pedi para usar da palavra o **presidente da Câmara**, para dar nota que já esclareceu devidamente o presidente da Assembleia com todos os pormenores, através de ofício, cabendo agora ao plenário emanar as recomendações que entender, as quais serão acolhidas pela autarquia em função da sua visão estratégica em relação à matéria em apreço, não tendo mais nada a declarar.-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse perceber a vontade do edil em não querer falar sobre o assunto, mas estranha a coincidência haver uma moção e o ofício chegar precisamente hoje, parecendo que teve que haver uma moção para haver o pedido de suspensão do contrato de comodato.-----

----Contudo e uma vez que vão discutir uma moção que envolve o edil e a vice-presidente gostaria de ter mais explicações.-----

----O **presidente da Câmara** reafirmou que face à natureza do assunto e em função da tipologia do pedido, foi necessário durante a tarde recolher toda a documentação, que está na posse do presidente da Assembleia Municipal que poderá distribuir a todos os membros, para a verificação na íntegra deste processo, que tem toda a clareza e transparência.-----

----Como a vice-presidente Laura Rodrigues tem o direito a defender a sua honra porque é citada na moção que foi apresentada pelo PSD, solicitou à mesa que lhe fosse dada a palavra.-----

----Devidamente autorizada a **vice-presidente Laura Rodrigues** começou por dizer que não iria tomar a palavra se a moção tivesse sido retirada pois teriam o caso encerrado.-----

----Sabe que estas questões são discutíveis a partir do momento que envolvam familiares, mas não existe nada de ilegal neste contrato de comodato.-----

----Disse também que aceitaria essa discussão mas não nos termos em que a moção é escrita, a qual se recusa a acreditar que seja subscrita por todos os membros do grupo municipal do PSD, como parece.-----

----Quer acreditar que algumas das pessoas que fazem parte deste grupo municipal têm carácter e são capazes de analisar este assunto de uma forma decente, sem a necessidade de utilizar uma linguagem persecutória, deselegante, desagradável e abusiva, que inclusive foi veiculada hoje em

conferência de imprensa, usando expressões tais como “privilégio e benesses”. -----
---- Disse não perceber como não conseguiram fazer uma moção apenas a recomendar que o comodato fosse anulado e transformado numa hasta pública.-----
---- Reforçou que a moção é uma agressão que pretende atingi-la e ao executivo camarário, mas os 60 anos de vida que tem que falam por si, sem ser nestes termos que a moção apresenta, ao contrário de alguns dos deputados municipais que foram provavelmente subscritores da moção e que não deveriam fazer parte deste grupo parlamentar. -----
---- A *deputada municipal Rita Sammer* disse ter muita pena que a Eng.^a Laura tenha de alguma forma permitido que este assunto chegasse a este ponto, recordando que foi por duas vezes levado a reunião do executivo onde foi proposto lançar uma hasta pública para tornar o processo claro, pelo que não há novidade nenhuma no que está escrito na moção. -----
---- Fez notar que houve muito tempo para esta questão nem sequer ter emergido, mas emergiu, e esta Assembleia não pode ficar refém deste tipo de manobras para ser silenciada.-----
---- Depois da moção é que vem este pedido por *mail*, percebendo agora com a intervenção da vice-presidente, que foi uma manobra para silenciar esta Assembleia, o que não acha aceitável. ---
---- Lembrou também que é precisamente para não desfavorecer as pessoas que são filhos de pessoas com estes cargos que há mecanismos públicos para atuar, e foi esse alerta que os vereadores do PSD na Câmara Municipal fizeram. -----
---- São um estado de direito, sendo por isso que as leis existem e devem segui-las, mas não as podem seguir só quando dá jeito. -----
---- Concluídas as intervenções o presidente da Mesa colocou à votação a moção em título.-----
---- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 22 votos contra, 12 votos a favor e 3 abstenções, reprovou a recomendação em título. -----
---- Anota-se que votaram contra os deputados municipais do PS e Pedro Bernardes, a favor do PSD, CDS-PP, BE, TnL e Paula Mota e abstiveram-se Teresa Oliveira, António Moreira e José Augusto de Carvalho. -----
---- Não se encontravam na sala Natalina Luís, Nuno Cosme e Francisco Rodrigues. -----
---- **Declaração de voto do PS:** -----
---- “O grupo municipal do PS votou contra em primeiro lugar porque esta proposta politicamente já não existe, e tecnicamente não sabem avaliar se a Câmara Municipal tem que tomar posição ou não. -----
---- Politicamente, com esse pedido por parte do comodatário, a moção deixou de ser uma realidade, tal e qual como existe.-----
---- Temos uma recomendação para revogação do contrato de comodato e lançamento de hasta pública, e como o PSD não aceitou a divisão para ver se a segunda parte constituía ou não

preocupação, chegamos à conclusão que já estava planeado e não passa de chicana política. -----
----- É a nossa convicção que mais uma vez não interessam os objetivos, os quais com esta informação já não existe, mas não foi essa a vontade e vão votar contra nesse pressuposto e com essa consciência”.-----

----- **Declaração de voto do CDS-PP:**-----

-----“O CDS depois de analisar esta moção, vinha com o intuito de se abster, porque havia certas dúvidas.-----

-----No entanto a intervenção da vice-presidente e o que o edil informou sobre a retirada do contrato, leva-os a pensar que há estranhas coincidências que não podem deixar passar em claro e efetivamente hoje podem agradecer o facto de haver uma Assembleia Municipal cujos membros são livres de apresentar moções para travar certos abusos de uma soberba da maioria e foi nesse sentido que votaram favoravelmente esta moção, porque entendem que se não fosse esta moção ficariam certamente muitas coisas por esclarecer.”-----

MOÇÃO/RECOMENDAÇÃO: SUSPENSÃO DO MANDATO DE PRESIDENTE DE CÂMARA:-----

-----“Quando, em 2017, o professor Jorge Ralha denunciou publicamente – tendo para o efeito apresentado prova abundante - que o Presidente da Câmara Municipal praticou plágio para a obtenção do grau de Doutor em Turismo, duas foram as reações do visado e dos seus defensores: a primeira foi de negação; a segunda foi de ataque à credibilidade do denunciante.-----

----- Houve, assim, e naturalmente, muitos que, não tendo analisado as provas nem se importado com a verdade, acreditaram em Carlos Bernardes e naquela que anunciou ser a defesa do seu bom nome e honra;-----

----- Entretanto, já na comunicação social local, regional e nacional, assim como nas várias esferas de atuação política e social a imagem do presidente da câmara – e, logo, do Município - estava a ser significativamente prejudicada;-----

----- Em consequência da denúncia aludida, o Ministério Público deu conta de que tinha aberto inquérito sobre o caso. Estava portanto a investigar a situação. A reação foi também de negacionismo. Dizia-se que esta não deixava de ser a prática normal do Ministério Público. Mais uma vez, a opção foi pela desvalorização do caso.-----

----- Em paralelo, e apesar do ex-colaborador da Câmara Municipal de Torres Vedras e um dos coorientadores da tese de Carlos Bernardes ter negado a existência de plágio, a Universidade de Lisboa anunciou que se encontrava a analisar a situação, reconhecendo que o sistema de deteção de plágios não havia sido utilizado;-----

----- Há cerca de um ano, e quase em simultâneo, foi dado conhecimento público de que, por um lado, o Ministério Público, decidira acusar Carlos Bernardes do crime de contrafação e que, por outro, a Universidade de Lisboa havia decidido anular o grau de Doutor a Carlos Bernardes;-----

----- Carlos Bernardes optou por requerer a abertura da instrução, com vista a não ser julgado. Sem sucesso, na medida em que a Juíza de Instrução Criminal decidiu que havia prova bastante para ser levado a julgamento;-----

----- Recentemente, no passado dia 27 de fevereiro, o Tribunal veio condenar o presidente da câmara municipal numa pena de prisão de 10 meses, suspensa na sua execução, substituindo-a por pena de multa de 5 mil euros;-----

----- Houve, portanto, uma condenação judicial. -----

----- A que se soma a anulação do grau de Doutor por parte da Universidade de Lisboa; -----

----- Há uma contaminação clara e indesmentível da prática deste crime por parte do cidadão Carlos Bernardes com o exercício do seu cargo de presidente de Câmara Municipal. -----

----- Aliás, as centenas de notícias já produzidas a nível nacional apenas se justificam exatamente por se tratar do presidente de câmara;-----

----- Quando a Câmara Municipal assume como fundamental a promoção da Marca Torres Vedras tem hoje, no seu presidente, o elemento que mais a prejudica; -----

----- Prejudica objetivamente na imagem de Torres Vedras, mas prejudica também na credibilidade interna (designadamente ao nível da Educação e da Cultura) mas também como interlocutor externo. Com que autoridade falará o presidente da câmara de trabalho, exigência e excelência junto da comunidade educativa quando o seu exemplo é de fraude académica? Com que autoridade falará ou organizará o presidente da câmara debates sobre as Linhas de Torres Vedras quando ele próprio apresentou um livro sobre o tema que é uma fraude? Quão limitadas ficarão as vereadoras respetivas para intervir nestas condições? -----

----- Alguém acredita que Carlos Bernardes – condenado por ter praticado fraude académica numa Universidade Pública – tem a força e a autoridade necessárias para salvaguardar os interesses de Torres Vedras em negociações perante o Governo e outras entidades? Com que autoridade negociará o presidente da câmara com entidades públicas ou privadas quando ele próprio enganou uma entidade pública como é a Universidade de Lisboa? Com que autoridade e autonomia negociará o presidente da câmara com o Governo quando está totalmente dependente de uma frágil confiança política?-----

----- A Assembleia Municipal tem dois caminhos: Ignorar o dever moral e ético de intervir ou traçar uma linha vermelha. -----

----- Entre a fidelidade partidária e pessoal e a salvaguarda da imagem e dos interesses dos Torrienses a escolha é óbvia e não pode permitir-se a quaisquer dúvidas.-----

----- Neste sentido, e na medida em que o próprio optou por nada fazer, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida no dia 3 de março de 2020, vem, em defesa da dignidade da representação autárquica do concelho de Torres Vedras e da sua população e contribuintes,

recomendar ao Presidente da Câmara Municipal que solicite a imediata suspensão do seu mandato, até decisão sobre o recurso que o próprio anunciou que irá interpor.-----
----- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata.”-----
----- O **presidente da Mesa**, antes de dar a palavra ao plenário deu nota da metodologia a tomar relativamente à votação da moção tendo em conta o definido no n.º 3 do art.º 55.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 na sua atual redação.-----
----- O **presidente da Câmara**, atento o facto de ter sido visado por esta moção do PSD pediu a palavra para defender a sua honra e o seu bom nome -----
----- Assim, começou por dizer que aquilo que o move ao dia de hoje é essencialmente defender a sua honra e o seu bom nome.-----
----- Aquilo que o moveu ontem foi estar a representar a digníssima Câmara na apresentação da edição Joaquim Agostinho do Sporting Bike 2020. -----
----- Mas também aquilo que o moveu no início desta Assembleia Municipal, foi ver a determinação e empenho de todos para que o Carnaval tivesse 12 horas de televisão a promover o território sob a presidência de Carlos Manuel Antunes Bernardes da Câmara Municipal de Torres Vedras. -----
----- Moveu-o hoje mesmo trabalhar os problemas da agricultura do concelho, com a Comissão de Agricultura da Assembleia da República,-----
----- Mas também o move que as propostas do executivo que lidera, fossem ainda hoje aprovadas, concretamente no que se refere ao mapa de pessoal para darem uma melhor educação aos jovens, à aprovação do empréstimo para a construção do centro educativo do Ramalhal, à aquisição de betuminosos para resolver os problemas das estradas do concelho, à adesão do município à Artemrede e à declaração de interesse municipal para o presidente da Junta de S. Pedro da Cadeira avançar com a construção do seu parque verde. -----
----- Mas aquilo que o move amanhã é poder visitar o concelho com a equipa que trabalha na área florestal, para aferir o trabalho que estão a desenvolver em prol da defesa da floresta. -----
----- Concluiu dizendo que aquilo que o move hoje é dar o seu contributo enquanto cidadão ao desenvolvimento da sua terra que muito ama. -----
----- Depois desta intervenção o *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** disse estar plenamente convencido que o edil vai apresentar a suspensão do seu mandato, como consequência das palavras que acabou de referir. -----
----- Pensa que a melhor forma de se defender desta questão, atendendo ao cargo público que desempenha, teria sido quando, numa outra sessão, suscitou se não estaria na disposição de exatamente suspender o seu mandato, o que fez por duas vezes e que olímpicamente o presidente da câmara ignorou. -----
----- Acrescentou que na altura estavam ainda na fase em que o Ministério Público, depois de

efetuar o inquérito, resolveu deduzir a acusação.-----

----Neste momento já estão em fase de uma primeira sentença, em que foi condenado a uma pena de prisão, prisão essa remível com valor a pagar em termos de multa.-----

----Assinalou que para o bem do edil, dos munícipes torrienses, do seu partido e dos seus colegas de partido, pensa que não restará outra alternativa, senão apresentar hoje a suspensão do seu mandato até provar, e estando convicto que tem essa convicção, que neste caso está inocente.-----

----O *deputado municipal* **António Carneiro** interveio no sentido de assinalar que hoje aprendeu que se pode condenar uma pessoa que não está ainda julgada e não gostaria de estar na posição do Carlos Bernardes e presidente da Câmara Municipal.-----

----O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** esclareceu que não está a condenar ninguém.-----

----Disse que terá sido condenado em 1.ª instância e que a melhor forma de se defender no recurso que irá apresentar será suspendendo o seu mandato e convicto que está inocente, dessa forma provar a sua inocência.-----

----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** disse que se trata de uma questão extremamente delicada para o edil, mas também para o Município de Torres Vedras e portanto o que está em causa não é só a figura de Carlos Bernardes como cidadão, mas a figura que Carlos Bernardes como presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

----Considera que se trata de um processo que vai ter de ser gerido com pinças, mas no qual, e até este processo acabar e da forma como possa acabar, são todos lesados inclusive o Município de Torres Vedras.-----

----O *deputado municipal* **Jacinto Leandro** assinalou que ao longo do texto da moção se verifica uma confusão propositada entre o nome do dito presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras e a referência a Carlos Bernardes.-----

----Alertou para a articulação artilosa confundível e meticulosamente estudada para destruir e confundir aquilo que é uma questão do foro pessoal com uma questão que é claramente do domínio público, que é o facto de ser presidente da Câmara.-----

----Quanto ao facto da moção pedir a suspensão do mandato ao presidente da Câmara questionou se o presidente da Câmara foi alguma vez acusado de qualquer ato lesivo do interesse do concelho ou dos seus munícipes no âmbito do seu mandato e das suas funções.-----

----Muito pelo contrário, pois responde a este processo enquanto cidadão e académico e sendo uma questão do seu foro pessoal, responderá ele próprio, perante si próprio e perante os eleitores do passado, do presente e do futuro.-----

----A *deputada municipal* **Rita Sammer** abordando a intervenção anterior, fez notar que nas notícias que estão a sair a toda a hora, ninguém quer saber do cidadão Carlos Bernardes, mas

querem saber se o presidente da Câmara Municipal foi condenado, se presidente da Câmara Municipal cometeu plágio, etc. -----

---- Frisou que esta tentativa de desligar estes dois assuntos não colhe, o que se percebe senão as notícias diziam “o cidadão Carlos Bernardes tinha cometido plágio” e ninguém queria saber. ----

---- Também não colhe porque o presidente da Câmara Municipal relevou publicamente em várias ocasiões e no exercício do seu cargo, o facto de estar a fazer o seu doutoramento. -----

---- Saliu que não guardou este facto para a sua esfera privada e agora é tarde de mais.-----

---- Por último questionou o colega António Carneiro se inferem das palavras que proferiu, que uma vez que esta sentença não transitou em julgado, transitando, considera que o presidente da Câmara não tem condições de continuar. -----

---- O *deputado municipal António Carneiro* defendeu que tem condições para continuar, estando implícito no que disse senão não teria feito a intervenção que fez. -----

---- A *deputada municipal Teresa Oliveira* declarou que do seu ponto de vista e do PCP, mais do que a condenação ética ou moral de Carlos Bernardes, está em causa o que importa à população e aos trabalhadores do concelho. -----

---- Importa a política que o executivo desenvolve ao longo do seu mandato, a nível da saúde, transportes públicos, cultura e educação. -----

---- Pediu novamente a palavra a *deputada municipal Rita Sammer* dizendo não ter percebido das palavras do colega António Carneiro se é indiferente se transitou ou não transitou, ou seja aconteça o que acontecer é tudo legítimo, seja o crime que for, é tudo legítimo, e em todas as situações tem condições para continuar. -----

---- Assim, teriam de questionar quando não tem condições para continuar, considerando a intervenção do edil caricata, pois todos os dias nos tribunais do país são julgadas e condenadas muitas pessoas que fizeram inúmeras coisas bem-feitas. -----

---- Disse compreender as questões da fidelidade partidária, mas apesar de tudo fazer um certo tipo de discurso parece-lhe que é ir ainda mais longe. -----

---- Neste país há exemplos de vários políticos que se demitiram nessas circunstâncias, assim como na Europa, sendo normal porque são representados no município por um presidente de Câmara que quando está no exercício das suas funções os representa a todos.-----

---- Admite que politicamente não se falasse no assunto embora a questão tivesse que ser tratada em termos judiciais, mas estão a falar de um caso de plágio, de engano e de mentira que não se compadece com este discurso facilitista como se fosse coisa nenhuma. -----

---- Deu nota ainda que na escola se um aluno apresenta um conjunto de citações e não refere a fonte o professor anula o trabalho, foi um plágio. -----

---- Por outro lado, se um aluno faz as mesmas citações e indica o autor, o professor não aceita o

trabalho, porque o trabalho não é seu, não é original, tendo sido isso que o professor pediu.-----

---- Um doutoramento é isto, um pensamento próprio, uma ideia sua e é isto que não têm. -----

---- Percebe que seja muito incómodo e que tentem por todos os meios não a discutir mas esta é a questão. -----

---- O **presidente da Câmara** considerou as palavras proferidas pela deputada Rita Sammer altamente gravosas, na medida em que enquanto autor do trabalho que desenvolveu, cuja originalidade foi validado pelo júri, tem direito à sua defesa. -----

---- Reafirmou que as palavras proferidas pela deputada em nada contribuem para o trabalho científico que Carlos Manuel Antunes Bernardes efetuou. -----

---- Pediu novamente a palavra o *deputado municipal* **António Carneiro** dizendo que ninguém nega o incomodo desta situação. -----

---- Sabe a paixão que o edil tem por este trabalho, tendo sido pela sua mão que veio para a Câmara Municipal, onde desde primeira hora manifestou grande empenho e dedicação, e não gostaria de estar na sua posição a ser alvo daquilo que está a ser.-----

---- Não tem de o julgar, há outras instâncias que o fizeram, tendo recorrido num direito que lhe assiste, felizmente conquistado com o 25 de abril, lembrando que Carlos Bernardes defendeu sempre a sua inocência, a qual tentará provar e que não há plágio. -----

---- Aguarda para ver, na certeza de que cada um a partir daí assumirá a sua responsabilidade, mas neste momento tem toda a sua confiança no exercício das suas funções. -----

---- Não se registaram mais intervenções, tendo a moção sido votada por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3 do art.º 55 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação.-----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 27 votos contra, 12 votos a favor e 1 abstenção, reprovar a moção/recomendação em título. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

----Tendo sido pedido pelo presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, sendo a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

---- Pelas 01:00 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia, indicando reunirem no dia 17 de março pelas 21.00h para a continuação da ordem de trabalhos, em conformidade com o acertado na Comissão Permanente de Líderes.-----

---- Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
